

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO ECONÔMICO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O Desenvolvimento Industrial do Brasil no Século XX: Uma Análise na  
Perspectiva da Economia-Mundo.**

Lairton Marcelo Comerlatto

Florianópolis, julho de 2004.

Lairton Marcelo Comerlatto

**O Desenvolvimento Industrial do Brasil no Século XX: Uma Análise na  
Perspectiva da Economia-Mundo.**

Monografia submetida ao Departamento de  
Ciências Econômicas para a obtenção de carga  
horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Orientador: Prof. Pedro Antônio Vieira, Dr.

Florianópolis, julho de 2004.

**O Desenvolvimento Industrial do Brasil no Século XX: Uma Análise na  
Perspectiva da Economia-Mundo.**

Lairton Marcelo Comerlatto

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 (NOVE) ao aluno Lairton Marcelo Comerlatto na Disciplina CNM 5420- Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



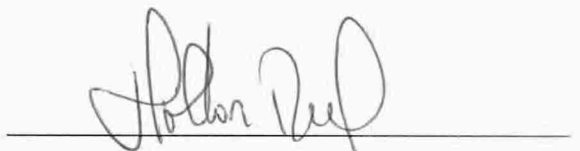
Prof. Pedro Antônio Vieira, Dr.

Presidente



Prof. Wagner Leal Arienti, Dr.

Membro



Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr.

Membro

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer primeiramente a minha futura esposa Liliane, que desde o início do curso me apoiou e incentivou para que eu conseguisse chegar até onde cheguei.

Aos meus pais, Inavir e Evinha, e irmãos Elizandro, Leandro e Paula, que mesmo à distância torceram pelo meu sucesso.

Aos meus futuros sogros Ademir e Elita, que tantas vezes colaboram na minha vida pessoal e acadêmica.

Ao meu professor e orientador, Dr. Pedro Antônio Vieira, que me atendeu em todas as vezes que precisei de ajuda, desde a primeira fase até a conclusão deste trabalho. Gostaria de expressar minha gratidão e respeito a você e a todos os professores que não se cansam de ensinar aos alunos as perversidades do sistema capitalista, mesmo que muitos não dêem a devida importância. Sinto-me honrado de ter sido seu aluno.

Aos colegas e acima de tudo amigos, Fabiano, Kiara, Júlio, Marli, Rejane, Simone, Silvia, Camila, Jales, enfim, a todos os que contribuíram com algum ensinamento na minha vida acadêmica. Muito obrigado.

Aos amigos, Adilson, Vinícius, Edson, Elton e Fernanda por me apoiarem e realizar este trabalho.

A todos o meu muito obrigado.

## RESUMO

COMERLATTO, Lairton Marcelo . **O Desenvolvimento Industrial do Brasil no Século XX: Uma Análise na Perspectiva da Economia-Mundo**. 2004. 79f. Monografia (Curso de Economia) – Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina 2004.

**Orientador:** Pedro Antônio Vieira, Dr.

O objetivo geral deste estudo é explicitar as relações entre o desenvolvimento industrial brasileiro e as fases de Expansão Material e Expansão Financeira do Ciclo Sistemico de Acumulação (CSA) norte-americano, tal como apresentado por Arrighi (1996). Para tanto, fez-se uma releitura de alguns dos principais autores que discutem a industrialização brasileira, buscando identificar as conexões entre esta e os movimentos da “economia-mundo” no período de 1930 a 2002, como possibilidades e limites da indústria na “economia-mundo”. Observou-se que, diferente da visão dominante na historiografia brasileira, as forças da “economia-mundo” tem determinado, ao longo do século XX, e dos anteriores, os rumos das atividades econômicas localizadas no território brasileiro. Portanto, o regime de acumulação vigente, determinou os rumos das economias nacionais. Assim, no Ciclo Sistemico de Acumulação norte-americano, foi o período em que a indústria brasileira ganhou impulsos e os perdeu, de acordo com os movimentos dos processos de industrialização mundial. Mesmo sendo um estudo exploratório, podemos contatar uma sincronicidade entre o movimento da industrialização no Brasil e as duas fases do CSA norte-americano: a industrialização ocorre, floresce e atinge seu auge na fase de Expansão Material (1930-1970) e entra num processo de desaceleração quando se inicia a fase de Expansão Financeira (1970).

**Palavras – Chave:** Industrialização; Ciclo Sistemico de Acumulação; Economia-Mundo; Expansão Material; Expansão Financeira.

## SUMÁRIO

1	Introdução. ....	7
2	O “Moderno Sistema Mundial”. ....	10
2.1	A Unidade Temporal de Análise. ....	13
2.2	Uma Nova Visão Analítica. ....	15
2.3	A Ascensão dos Estado Unidos à Condição de Potência Hegemônica. ....	16
3	A Formação do Capital Industrial Brasileiro. ....	27
3.1	A teoria dos choques adversos (crises no setor exportador, guerras, crises econômicas internacionais). ....	27
3.1.1	A industrialização liderada pela expansão das exportações. ....	28
3.1.2	A interpretação baseada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil (ou capitalismo tardio). ....	28
3.1.3	A industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo. ....	29
3.2	A origem do capital industrial. ....	30
3.2.1	Os investimentos do setor industrial, pré Segunda Guerra Mundial. ....	32
3.2.2	A industrialização durante a Segunda Guerra Mundial. ....	36
3.2.3	A industrialização no decênio pós Segunda Guerra Mundial. ....	37
3.2.4	O Modelo Industrial por Substituição das Importações. ....	39
3.2.5	A Estatização e os Anos de Crise. ....	47
4	A Recuperação Econômica, “O Milagre Brasileiro”. ....	48
4.1	O Fim do “Milagre” e a Financeirização da Economia. ....	49
4.2	Período pós-abertura econômica. ....	54
5	A Indústria Brasileira no CSA Norte-Americano. ....	59
5.1	A Indústria Brasileira no Período da Expansão Financeira do CSA Britânico (1870-1930). ....	59
5.2	A Indústria Brasileira na Fase de Expansão Material do CSA Norte-Americano. ...	62
5.3	A Indústria Brasileira na Fase de Expansão Financeira do CSA Norte-Americano. ...	67
6	Considerações Finais. ....	74
7	Referências Bibliográficas: ....	76

## 1 Introdução.

Este estudo segue a linha de pesquisa que o Grupo de Estudos sobre Trabalho, Emprego e Salário (LABOR) que, influenciado por Braudel, Arrighi e Wallerstein, apresenta um novo campo de estudos sobre o desenvolvimento histórico do Brasil.

Esse novo campo de estudos abre uma nova visão sobre o desenvolvimento brasileiro, a qual, consiste em ver o Brasil sob a ótica do “sistema-mundo”, e não sob a ótica do sistema nacional.

Assim, diferente de Medeiros (1992) e Prats (1992), que em estudos sobre a indústria brasileira analisam os indicadores macroeconômicos e a políticas industriais do governo para explicar a indústria brasileira na década de 1980, decidimos levar a cabo este estudo com uma revisão bibliográfica de autores, como por exemplo, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Luiz Carlos Bresser Pereira, Wilson Suzigam, que analisam o desenvolvimento industrial brasileiro sob a visão do sistema nacional e fazer uma comparação analítica com o “sistema-mundo”.

Difícilmente os autores citados deixam de fazer referência ou mesmo de destacar os condicionamentos externos ao desenvolvimento da indústria brasileira, alguns até explicitam o contexto internacional que funcionaram como determinantes das medidas adotadas.

Desse modo, Abreu (1992, p. 73) diz que “mesmo em períodos de crescimento impulsionado por forças internas, as restrições externas são os principais determinantes das linhas principais da política econômica”, sublinhando a impossibilidade de se estudar a economia brasileira no período sem referência à inserção do Brasil na economia mundial.

Percebe-se assim, que os autores têm o cuidado de não induzir o leitor a pensar o Brasil ou a economia brasileira como uma unidade autônoma, isolada.

Porém, o contexto internacional é apresentado como um dado, uma variável, que interfere na economia nacional apenas em momentos de instabilidade econômica a nível mundial, como no caso de conflitos internacionais, excessos ou escassez de capitais e insumos. Todos estes estudos apresentam a economia nacional como unidade de análise.

Dito isto, o objetivo deste estudo é inverter essa perspectiva e ver o desenvolvimento industrial brasileiro como parte de um movimento de industrialização da economia mundial.

Nesta perspectiva, as possibilidades e limites do desenvolvimento da indústria no Brasil, no período de 1930 a 2002, serão estudadas como possibilidades e limites da indústria na “economia-mundo”.

Deste modo, utilizar-se-á a análise de Arrighi (1996), que inspirado por Braudel, apresenta o desenvolvimento do “sistema-mundo” como sendo uma sucessão de ciclos que ele denomina Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA).

Em seu modelo de análise do capitalismo histórico, enquanto sistema mundial, Arrighi (1996) sugere quatro Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA), o Genovês (do século XV ao início do século XVII); o Holandês (do fim do século XVII até a maior parte do século XVIII); o Inglês (da segunda metade do século XVIII ao início do século XX); e o Norte-Americano (do fim do século XIX até os dias atuais). Cada ciclo é composto por uma fase de expansão material (EM) e outra fase de expansão financeira (EF). Na fase material, a primeira dentro de cada ciclo, as forças capitalistas colocam em circulação na economia mundial uma grande quantidade de produtos, mercadorias. Na segunda fase, a financeira, o capital liberta-se da forma mercadoria e procura multiplicar-se através de mecanismos financeiros (Arrighi, 1996).

Como poderíamos explicar a industrialização brasileira se tomássemos como referência o modelo dos CSA de Arrighi?

Para tanto, seria necessário entender ou deixar bem claro que o CSA se refere ao capitalismo histórico, enquanto sistema mundial, de modo que a industrialização brasileira estaria inserida na fase de expansão material do CSA norte-americano.

Ora, como ensina Wallerstein (1974), a economia mundo é diferenciada, ela tem um centro, uma semiperiferia e uma periferia. Estas diferentes regiões ou áreas da economia-mundo apresentam desigualdades flagrantes, mas que são próprias da economia-mundo, a qual não poderia existir sem aquelas desigualdades.

Vemos assim que há fortíssimos indícios de que, ao contrário do que tem sido a visão dominante tanto na vida política quanto nas ciências sociais, as forças econômicas do sistema mundial capitalista vêm determinando ao longo dos últimos séculos os rumos das atividades econômicas localizadas no território brasileiro, assim como nas “economias nacionais” mundo afora.



As considerações acima nos permitem elaborar a seguinte hipótese de trabalho: que as causas do desenvolvimento industrial brasileiro, também podem ser adequadamente compreendidas sob a ótica do “sistema-mundo” e como parte do movimento da indústria mundial na fase de expansão material do quarto CSA, o norte-americano.

Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo trabalho é relacionar o processo de industrialização brasileira como parte do “sistema-mundo” capitalista buscando nos ciclos sistêmicos de acumulação (CSA) propostos por Arrighi (1996), uma explicação para o fato de a industrialização brasileira ter deslanchado no período pós-segunda Guerra Mundial.

A metodologia adotada para a elaboração do presente estudo consiste em fazer uma leitura interpretativa das obras de Arrighi, Braudel, Wallerstein, relacionando a fase de expansão material do quarto ciclo sistêmico de acumulação, o norte-americano, da economia-mundo capitalista com o processo de industrialização brasileira. Também faremos uma releitura dos estudiosos da economia brasileira, acima citados, destacando como estes vêem a industrialização como consequência da conjuntura econômica nacional.

No segundo capítulo, será apresentada a “análise do sistema-mundo” que é a expressão usada para designar a perspectiva analítica que adota como unidade de análise a economia-mundo.

No terceiro e quarto capítulos, será apresentada uma síntese da industrialização brasileira de 1930 até 2002. Faremos um breve resumo do período anterior (1870-1929), baseados em Wilson Suzigam (2000), para vermos como se forma o capital industrial brasileiro.

No quinto capítulo, faremos uma análise comparativa entre os autores do “moderno sistema mundial” e os estudiosos da economia brasileira, acima citados, identificando nas diferentes etapas/períodos ou ciclos do capitalismo os requerimentos, possibilidades e restrições que foram sendo impostos à indústria brasileira, no período a que nos propusemos a estudar.

No capítulo seguinte, apresentaremos as conclusões que a pesquisa nos permitiu chegar e levantaremos algumas considerações sobre as linhas de pesquisa abertas pela perspectiva que adotamos.

## 2 O “Moderno Sistema Mundial”.

Na introdução do “O Moderno Sistema Mundial” Wallerstein relata como e porquê, em seu estudo da mudança social foi levado a descartar o Estado nacional como unidade de análise, colocando em seu lugar, o que ele chama de economia-mundo.

Em um primeiro momento, Wallerstein (1974), pretendia estudar as bases sociais dos conflitos políticos da sociedade européia. Mas, é aí que segundo ele surgem dois grandes debates: o primeiro é sobre as lutas de classes. Assim, questiona o autor, “serão as classes as únicas unidades operacionais qualitativas nas arenas sociais e políticas? Ou, como Weber argumentou, são elas apenas uma de uma trindade de unidades – classes, grupos de *status* e partidos – cujas interações explicam o processo político?” (idem, p. 16, grifo do autor).

O segundo grande debate para Wallerstein é acerca de “um consenso de valores no seio de uma sociedade”, se realmente existe, até que ponto, ou melhor, qual o grau de influência esse consenso tem sobre as ações humanas. (idem, p. 16).

Desta maneira, Wallerstein abandona, ou descarta este direcionamento no seu estudo, pois, segundo ele, falta uma base empírica rigorosa para a teorização dos valores.

Para tentar entender a sociedade onde vive, Wallerstein volta seus estudos para a África, pois segundo ele, “uma observação de climas distantes aguçaria” a percepção dele sobre questões que de outra maneira ele pudesse ignorar.

Na África, depois de “testemunhar” o processo de descolonização e independência de uma série de países, e perceber que os nacionalistas africanos queriam mudar as estruturas políticas no seio das sociedades em que viviam, Wallerstein toma consciência da limitação de seus estudos quanto aos sistemas político-jurídicos como realidade empírica.

Para Wallerstein,

“Era uma falsa perspectiva tomar uma unidade como a <<tribo>> e procurar analisar as suas operações sem referência ao facto que, numa situação colonial, as instituições que governam a <<tribo>>, longe de serem <<soberanas>>, estavam claramente circunscritas pelas leis (e costumes) de uma entidade mais vasta de que eram uma parte indissociável: a colônia.” (1974, p. 17).

A partir daí, Wallerstein muda novamente o foco dos seus estudos e limita-se a analisar “como operava o sistema colonial para os países que eram, no século XIX e XX, colônias de potências europeias”. (idem, p. 17).

Além disso, o autor se interessa em analisar esses estados depois da independência e ver “como se estabelece uma autoridade legítima e se expande entre os cidadãos um sentido de pertença à entidade nacional”. Nesse ponto, entra o problema da América Latina, que apesar de apresentar uma situação semelhante a da África, tinha países que já eram independentes há 150 anos e “suas culturas estavam muito mais intimamente ligadas à tradição européia do que qualquer uma das de África ou da Ásia”. (idem, p. 17).

Na busca de uma unidade de análise apropriada, Wallerstein, analisa os estados no período após a independência formal, “mas antes de terem conseguido algo que pudesse ser designado por integração nacional”. Nessa análise, o autor pôde incluir toda a América Latina, os Estados Unidos, a Europa Oriental e Meridional, ou seja, o mundo todo, mas com diferentes temporalidades de análise. A temporalidade da análise será discutida mais adiante. (idem, p. 17-18).

Wallerstein percebe que está envolvido nas questões de desenvolvimento, estágios de desenvolvimento. Então, questiona-se ele: “Quantos estágios pode ter havido? Quantos poderia haver? Será a industrialização um momento decisivo ou a consequência dum ponto de viragem político?” (idem, p.18).

No intuito de não analisar evoluções dentro de evoluções e perceber que o sistema mundial, assim como os Estados nacionais, também tem uma história natural, Wallerstein diz que o único sistema social adequado de se analisar é o sistema mundial. A partir daí, Wallerstein abandona a idéia de analisar o Estado nacional como unidade mais adequada para se entender as mudanças nas estruturas e adota como “impulso simplificador” a análise do sistema mundial. (idem, p.18).

Para Wallerstein, essa simplificação “podia explicar as mudanças nos estados soberanos como consequência da evolução e interação do sistema mundial”. Ou seja, “a evolução das estruturas globais”. (idem, p. 18-19).

Argumenta então que “a capacidade humana para participar inteligentemente na evolução do seu próprio sistema depende da sua capacidade de compreender o todo”. (idem, p. 21).

Mas afinal, como Wallerstein define um sistema mundial? Quais as características desse sistema?

“Um sistema-mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência”. E o que caracteriza um sistema social “é o facto de a vida no seu seio ser em grande medida auto-contida, e de a dinâmica do seu desenvolvimento se em grande medida interna”. Como consequência, as “tribos”, “comunidades”, “estados-nação”, geralmente entendidos como sistemas sociais, na verdade não o são, pois os únicos sistemas sociais reais de fato são as economias de subsistência e os sistemas mundiais. (idem, p. 337-8).

Estes últimos Wallerstein subdivide em “impérios-mundo” e “economia-mundo”. Nos primeiros, existe um único sistema político sobre a maior parte da área. Já na “economia-mundo”, não há uma homogeneidade de tal sistema sobre toda a área. (idem).

Wallerstein insiste que a economia-mundo só pode ser uma economia-mundo capitalista, pois “o capitalismo foi capaz de florescer precisamente porque a economia-mundo continha dentro dos seus limites não um, mas múltiplos sistemas políticos”. (idem, p. 338-340).

A definição de um sistema mundial para Wallerstein, é de “um sistema em que existe uma divisão extensiva do trabalho” e que essa divisão existente não seja apenas de caráter ocupacional, mas geográfico também. “Quer dizer, a gama de tarefas econômicas não está distribuída uniformemente por todo o sistema mundial”. Além das considerações geográficas, ecológicas, essa divisão espacial do trabalho é função da organização social do sistema. Desse modo, certos grupos dentro do sistema têm a capacidade de legitimar a exploração do trabalho de outros, ou seja, “recebem uma maior parte do excedente”. (idem, p. 339).

Para Wallerstein a economia-mundo está dividida em três áreas: os países centrais, áreas semiperiféricas áreas periféricas. Além disso, ele destaca o papel da semiperiferia dentro do sistema dizendo que esta age como um absorvedor de impactos, desviando pressões políticas que a periferia pudesse dirigir aos países centrais. (idem, p.339).

Sobre os Estados centrais, Wallerstein coloca que estes têm uma integração nacional que é derivada de um forte aparelho do Estado ligado a uma cultura nacional, o que acaba por levar a uma homogeneização cultural. Isto acaba servindo “como mecanismo para proteger as disparidades surgidas no interior do sistema mundial e como máscara ideológica justificadora

da manutenção de tais disparidades”. Ou seja, a fórmula para uma economia-mundo é a homogeneidade nacional no interior de uma heterogeneidade internacional. (idem, p. 339-43).

Estas diferentes regiões ou áreas da economia-mundo apresentam desigualdades flagrantes, mas que são próprias da economia-mundo, a qual não poderia existir sem aquelas desigualdades. (idem, p. 340).

Nesse sentido, Wallerstein (idem, p. 344) diz “que a economia-mundo desenvolve um modelo em que as estruturas do Estado são relativamente fortes nas áreas do centro e relativamente fracas na periferia”.

Wallerstein (idem, p. 339), propõe que uma economia mundo é hierarquizada, no que diz respeito às tarefas que cada uma das três áreas executa dentro do sistema, cabendo aos países centrais as tarefas que exigem maior qualificação e capacitação. E as tarefas que exigem emprego da mão-de-obra menos qualificada ficam com a periferia do sistema. Co-existindo na semiperiferia, tanto tarefas que exigem maior qualificação e capacitação, quanto tarefas que exigem emprego da mão-de-obra menos qualificada. E na ausência de um mecanismo central no sistema mundial que distribua de forma mais igualitária a execução das tarefas, as forças de mercado acabam por reforçar as desigualdades dentro do sistema mundial.

Para o autor, (idem, p.343-44) é pelo fato de não ser um império-mundo, e sim um sistema-mundo, que existem Estados fortes e fracos. Pois se todos os Estados fossem fortes, poderia haver um bloqueio do “funcionamento efetivo de entidades transnacionais cujo centro estivesse noutro Estado”. Isso impediria a divisão mundial do trabalho, “a economia-mundo declinaria, e o sistema acabaria por desaparecer”.

O mesmo é válido se todos os Estados fossem fracos, pois segundo Wallerstein, os capitalistas destes careceriam de mecanismos para proteger seus interesses. (idem, p. 344).

## **2.1 A Unidade Temporal de Análise.**

A economia mundial tem uma dimensão espacial e também, como sistema histórico, tem uma determinada temporalidade. Para sermos exatos, ela tem diversas, múltiplas

temporalidades, na medida em que ela tem estruturas de longa duração, ela atravessa conjunturas, e ela continuamente processa acontecimentos.

Esta questão dos diferentes tempos da história foi estudada por Braudel que nos fala de pelo menos três histórias; o tempo curto, o tempo conjuntural e o tempo longo.

Segundo Braudel (1958), o tempo curto, o da história tradicional, voltado para o tempo breve, para o evento; o tempo da história conjuntural, ou seja, econômica e social, que analisa as oscilações cíclicas e mostra o passado como largas fatias do tempo: dez, vinte, ou cinquenta anos; e o da história de amplitude secular: e o tempo da história de longa, longuíssima duração, que é o estudo das estruturas.

Braudel (1958), classifica o evento, como a curta duração da história, como “novidade somente”, como os acontecimentos, os fatos – uns relevantes, outros nem tanto -, o cotidiano.

Para Braudel (1958) essa abordagem de curto prazo sem vínculos com o passado é a mais enganadora das durações

Para o estudo da produção, ou uma análise da circulação, Braudel diz que ambos precisam de uma medida temporal mais ampla do que o evento. Nesse sentido, propõe o “recitativo da conjuntura, do ciclo, até mesmo do interciclo”, podendo ser utilizado como horizonte temporal o meio século do ciclo de Kondratieff, que nos mostra oscilações nos preços em intervalo de cinquenta anos. (idem, p. 47),

Sobre a longa duração, Braudel (1958) diz que é a estrutura que domina os problemas, pois certas estruturas, mais estáveis, comandam a história e podem ser consideradas sustentáculos e obstáculos. Sustentáculos no sentido em que serve de base, dá sustentação a um todo, como por exemplo, o modelo de uma economia exportadora, modelo esse que está na base da indústria local e torna-se o foco principal da “grande” indústria local. E a estrutura acaba por se tornar um obstáculo, impondo limites, impedindo que essa economia local sofra alguma transformação mais profunda, para superar esse modelo exportador.

## 2.2 Uma Nova Visão Analítica.

Dentro da análise da longa duração proposta por Braudel, Arrighi analisa as estruturas que ao longo do processo histórico de formação do sistema-mundo – proposto por Wallerstein – vão evoluindo e levando no seu bojo a formação do complexo sistema capitalista mundial que conhecemos hoje.

Dentro desse arcabouço teórico, Arrighi (1996), apresenta um novo modelo para explicar os movimentos e a evolução do capitalismo. Nesse modelo, a evolução histórica do capitalismo se realiza por meio dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA), os quais comportam por duas fases: uma fase de expansão material e outra de expansão financeira.

Para caracterização destas fases, Arrighi (1996) utiliza a fórmula geral de Karl Marx para o capital: DMD’.

“O capital-dinheiro (D) significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro; portanto, significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. D’ representa a *ampliação* da liquidez, da flexibilidade e da liberdade das opções”. (idem, p. 5).

Numa simplificação: dinheiro (D), transformado em mercadoria (M), para ser transformado em mais dinheiro (D’).

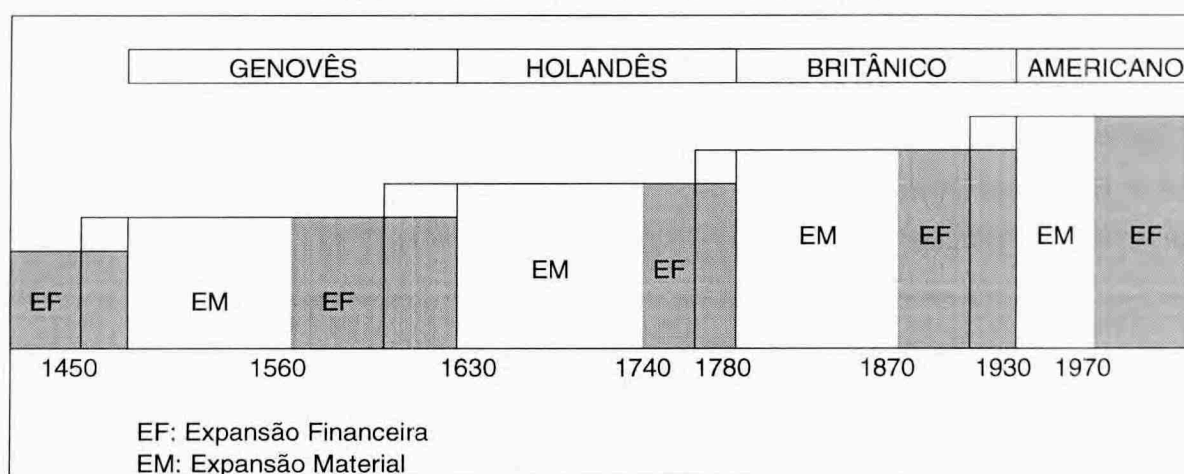
Para Arrighi, a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD’), mostra um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. É que esse padrão destaca-se pela alternância de épocas entre as fases de expansão material e as fases de expansão financeira. (idem, p. 6).

Nas palavras de Arrighi, a explicação das fases de expansão material e expansão financeira:

“Nas fases de expansão material, o capital monetário 'coloca em movimento' uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como a fórmula abreviada de Marx, DD’). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação (DMD’)”. (idem, p. 6).

Ao longo da história do capitalismo histórico, Arrighi (1996) identifica quatro CSA: O Genovês (do século XV ao início do século XVII); o Holandês (do fim do século XVII até a maior parte do século XVIII); o Inglês (da segunda metade do século XVIII ao início do século XX); e o Norte-Americano (do fim do século XIX até os dias atuais).

**Figura 1: Ciclos Sistêmicos de Acumulação.**



Fonte: Filomeno, 2003, p. 40 (adaptado de Arrighi, 1996, p. 219).

Podemos perceber a sobreposição dos CSA. Isso se deve ao fato de que as expansões financeiras sempre foram os momentos inicial e final dos ciclos sistêmicos.

Outras características dos CSA são as crises sinalizadoras e as crises terminais. As sinalizadoras acontecem quando o comércio mundial desacelera, fazendo com que os fluxos financeiros aumentem consideravelmente em relação aos fluxos do comércio mundial. As crises terminais se dão quando esses fluxos financeiros superam em muito os fluxos do comércio mundial. Uma explicação exemplificada será dada mais adiante.

### 2.3 A Ascensão dos Estados Unidos à Condição de Potência Hegemônica.

Como se vê na figura 1, o CSA norte-americano inicia-se em 1930, quando Arrighi considera que definitivamente os Estados Unidos substituem a Inglaterra no comando da economia-mundo, tanto em termos políticos e militares quanto econômicos. Porém, o processo



de substituição começou ainda, no final do século XIX, embora até o início da primeira grande guerra a Grã-Bretanha tentava se manter no comando da economia mundial, inclusive com o apoio dos Estados Unidos e da maioria dos governos ocidentais. (Arrighi, 1996, p. 281).

Os Estados Unidos eram o país que mais dava retorno aos investidores ingleses, tanto que entre os anos de 1850-1914, os norte-americanos pagaram entre juros e dividendos, segundo Arrighi, um total de 5,8 bilhões de dólares, o que fez a dívida externa norte-americana passar de 200 milhões de dólares em 1843 para 3,7 bilhões de dólares em 1914. (idem, p. 278).

Esses direitos sobre os ativos norte-americanos, fizeram com que a Real Comissão de Abastecimento de Alimentos e Matérias-Primas em Tempos de Guerra, da Grã-Bretanha, anunciasse que haveria suprimentos, e que o abastecimento, em caso de um conflito mundial, estaria assegurado. Só que em 1915, a demanda britânica por armamentos, máquinas e matérias-primas superou em muito as previsões da Real Comissão havia feito em 1905. E como grande parte dos equipamentos que a Grã-Bretanha necessitava só poderia ser fornecida pelos Estados Unidos, inicia-se aí a erosão dos direitos britânicos à renda naquele país. (idem, p. 178).

Na citação abaixo podemos ver isso com mais clareza:

“(...) o governo britânico, com compromissos nos Estados Unidos que chegavam a centenas de milhões de libras, estava no limite de seus recursos. Não tinha nenhuma condição de cumpri-los. Entre essa data [1915] e o Armistício, tomou emprestado do governo norte-americano, para custear “necessidades absolutas de subsistência e de guerra”, não muito menos de £ 1 bilhão. (R.H.Brande, apud Milward, 1970, p.46 apud Arrighi, idem, p. 279).

Além do fato da Grã-Bretanha fazer empréstimos volumosos aos seus aliados mais pobres, os mais significativos à URSS, que mais tarde foram cancelados (pois foram considerados incobráveis) os norte-americanos recompraram por um preço substancialmente mais baixo “alguns dos investimentos maciços que tinham construído a infra-estrutura de sua própria economia doméstica no século XIX”. Se não bastassem essas recompras, os norte-americanos conseguiram anular imensos créditos. (idem, p. 279).

Mesmo com a inversão dos créditos financeiros em favor dos Estados Unidos, a Grã-Bretanha tinha mais reservas em ouro na década de 1920 do que antes da primeira guerra, devido aos pagamentos alemães de reparações de guerra e, sobre tudo, devido à ampliação do

império colonial e semicolonial britânico que em caso de necessidade, podia amparar a queda da Grã-bretanha. (idem, p. 279).

No fim da guerra, os saldos da balança comercial e em conta corrente dos Estados Unidos eram comparáveis aos de antes da guerra, com exceção dos direitos líquidos dos Estados Unidos no exterior, que se tornaram altamente superavitários. Isso fez com que os Estados Unidos se equiparassem a Grã-Bretanha na produção e controle do dinheiro mundial. (idem, p. 279).

Segundo Arrighi, ainda faltava experiência para as instituições financeiras norte-americanas administrarem o sistema monetário mundial, mesmo com o aumento da influência das instituições financeiras nova-iorquinas, em particular a Casa Morgan, dentro das altas finanças baseadas em Londres. (idem, p. 280-1).

Apesar da inversão dos fluxos financeiros em favor de Nova York, esta, juntamente com a maioria dos governos ocidentais na década de 1920, apoiava Londres na tentativa de restabelecer o padrão ouro de antes da guerra. Porém buscando proteger suas moedas os governos utilizaram mecanismos protecionistas, o que acabou por restringir o comércio exterior e os pagamentos externos, fazendo com que o esforço de restabelecer o padrão ouro vigente antes da guerra, acabou por precipitar a crise terminal do regime de acumulação britânico. Nas Palavras de Arrighi, “a busca de moedas estáveis, sob a pressão da 'fuga de capitais', acabou por transformar a estagnação do comércio e produção mundiais da década de 1920 na depressão no início da de 1930”. (idem, p. 281-2).

Com a quebra de Wall Stret e a depressão na economia norte-americana, os empréstimos e investimentos estrangeiros nos Estados Unidos foram interrompidos. Isso levou os demais países a um protecionismo muito forte, fazendo com que esses países se fechassem nos iglus de suas economias nacionais. (Hobsbawm, 1991, p. 132 apud Arrighi, idem, p. 283).

O desmoronamento da Ligas Das Nações, o desaparecimento da *haut finance* da política mundial, o Nazismo na Alemanha, os planos quinquenais soviéticos e o New Deal norte-americano, foram as principais conseqüências desse protecionismo exacerbado, dessa “revolução mundial”. (idem, p. 283).

Para Polanyi (1957, p. 23, 27 apud Arrighi, idem, p. 283), em 1940 havia um novo contexto mundial. Mas para Arrighi, esse contexto não era tão nosso assim, pois as grandes

potências estavam às vésperas de um novo conflito internacional. Conflito esse que se traduziu na ascensão dos Estados Unidos à frente de uma nova ordem mundial.

“No fim da Segunda Guerra Mundial, já estavam estabelecidos os principais contornos desse novo sistema monetário mundial: em Breton Woods foram estabelecidas as bases do novo sistema monetário mundial; em Hiroshima e Nagasaki, novos meios de violência haviam demonstrado quais seriam os alicerces militares da nova ordem; em San Francisco, novas normas e regras para a legitimação da gestão do Estado e da guerra tinham sido explicitadas na Carta das Nações Unidas”. (idem, p. 283)

O saldo da balança comercial norte-americana depois da Segunda Guerra Mundial reproduziu de forma ampliada, o saldo pós Primeira Guerra Mundial. As reservas de ouro norte-americanas equivaliam a 70% das reservas mundiais. Apesar do mundo estar em frangalhos, “a riqueza e o poder nacionais dos Estados Unidos haviam galgado altura sem precedentes e sem paralelo”, isso menos de vinte anos após o *Crash* de 1929”. (idem, p. 284).

Assim como Veneza, no século XV, as províncias Unidas, no século XVII e a Grã-Bretanha, no século XVIII, os Estados Unidos, no século XX, tornaram-se os maiores beneficiários do caos sistêmico. (idem, p. 285)

Diferente dos sistemas monetários mundiais anteriores<sup>1</sup>, a saber, o genovês, o holandês e o britânico, que eram organizados pelos bancos e instituições financeiras privadas, o sistema monetário mundial norte-americano foi organizado por uma rede de organizações governamentais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), e o Banco Mundial, que “agindo em conjunto com os bancos centrais dos aliados mais íntimos e mais importantes do país”, controlavam a produção e a oferta de dinheiro mundial, que para Arrighi, tornou-se “um subproduto das atividades de gestão do Estado”. (idem, p. 287).

Samir Amim, apud Arrighi, esquematiza as economias britânica<sup>2</sup> e norte-americana como “autocentrada” e “extrovertida”, respectivamente.

“No esquema de Amim, as economias dos países centrais são ‘autocentradas’, no sentido de que seus elementos constitutivos (setores de produção, produtores e consumidores, capital e trabalho etc) estão organicamente integrados numa única realidade nacional. Em nítido contraste com a ‘extroversão’ dos elementos constitutivos das economias periféricas:

---

<sup>1</sup> Ver ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX. Capítulos 2 e 3.

<sup>2</sup> Ver ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX. Capítulo 3.

“numa economia extrovertida, [a unidade dos elementos que a compõem] não é apreensível dentro do contexto nacional – essa unidade é rompida e só pode ser redescoberta em escala mundial”. (Amim, 1974, p. 599 apud Arrighi, idem, p. 290).

Arrighi diz que o processo de internalização da economia norte-americana se deve ao fato desta ser autocentrada. Assim, após uma reorganização organizacional pelo qual passaram as empresas norte-americanas nos cinquenta anos seguintes à Guerra Civil, as empresas norte-americanas, passaram a ser verticalmente integradas e burocraticamente administradas, expandindo-se mundo a fora assim que terminaram sua integração dentro dos Estados Unidos. (idem, p. 290).

Os aspectos mais importantes dessas empresas serão discutidos mais adiantes. Cabe destacar, que a importância desse novo tipo de empresa não pode ser minimizada, pois para Arrighi o modelo de integração vertical e administração burocrática, nos processos de produção e de troca, tornou-se o mais importante aspecto isolado do regime de acumulação norte-americano. (idem, p. 291).

Desse modo...

“... o capitalismo de corporações norte-americano era e continuou a ser um poderoso agente, de um lado, da destruição das estruturas de acumulação do capitalismo de mercado britânico e, de outro, da centralização, nos Estados Unidos, da liquidez, poder aquisitivo e capacidade produtiva da economia mundial. Mas, depois de a destruição e a centralização haverem-se tornado tão completas quanto era possível, as corporações norte americanas ficaram sem condições de se expandir num mundo caótico.” (idem, p. 304-05).

Esse caos no mercado mundial foi resolvido com a “invenção” da Guerra Fria. O medo da ameaça comunista fez com que o New Deal global de Roosevelt se espalhasse pela Europa Ocidental e Japão, fazendo destes verdadeiras vitrines do mundo livre.

“O plano Marshal iniciou a reconstrução da Europa Ocidental à imagem norte-americana e, direta ou indiretamente, deu uma contribuição decisiva à ‘decolagem’ da expansão do comércio e produção mundiais das décadas de 1950 e 1960”. Aliado a esse poder econômico e financeiro, os integrantes do governo norte-americano, materializaram um rearmamento sem precedentes em tempos e paz. (idem p. 306)

“O rearmamento maciço, durante e depois da guerra da Coreia, resolveu de uma vez por todas os problemas de liquidez da economia mundial do pós-guerra. A ajuda militar a governos estrangeiros e os gastos militares diretos dos Estados Unidos no exterior – ambos

os quais aumentaram constantemente entre 1950 e 1958, e novamente entre 1964 e 1973 - forneceram à economia mundial toda a liquidez de que ela precisava para se expandir. E com o governo norte-americano agindo como um banco central mundial extremamente permissivo, o comércio e a produção mundiais se expandiram, de fato, numa velocidade sem precedentes”. (Calleo, 1970, p. 86-7 apud Gilpin, 1987, p. 133-4 apud Arrighi, 1996, p. 307).

Diferentemente de autores como Stephen Marglin e Juliet Schor (1991), que chamam esse período (1950-75) de “a idade do ouro do capitalismo”, ou de outros que a comparam com a “Era do Capital” de Hobsbawm (1848-75), Arrighi a classifica como uma nova fase de expansão material.

Mas, a partir da década de 1970 o volume das transações puramente monetárias se intensificou, ultrapassando em muitas vezes o valor do comércio mundial. Para Arrighi, a partir daí torna-se impossível deter a expansão financeira, ou utilizando a expressão de Robert Gilpin, (1987, p. 144 apud Arrighi, 1996, p. 309) a “revolução financeira global”.

Arrighi nos mostra que essa nova expansão financeira, a não ser talvez pela sua escala e o âmbito a sofisticação técnica não tem nada de “revolucionária”, pois, já acontecera nos ciclos sistêmicos anteriores. (idem, p.309).

A crise sinalizadora do CSA norte-americano, segundo Arrighi, tem início em 1968, quando “os fundos líquidos no mercado de eurodólares, centrado em Londres, experimentaram um aumento súbito e explosivo”. (idem, p. 310).

A origem desse mercado de eurodólares está na década de 1950, quando os países comunistas tinham que manter um saldo em dólares para comércio com o ocidente, mas havia o temor de que o governo norte-americano congelasse esses depósitos caso estes depósitos se encontrassem em bancos daquele país logo, a alternativa foi manter estes saldos em bancos Europeus. No final da década de 1950 e início da de 1960, vieram se juntar a esses depósitos o capital das corporações norte-americanas, através dos bancos nova-iorquinos, que queriam tirar proveito dos custos mais baixos e de maior liberdade de ação. Em 1961 os bancos nova-iorquinos controlavam 50% dos negócios de eurodólares. (de Cecco, 1982, p. 11 apud Arrighi, idem, p. 311).

Como o governo norte-americano não tinha como controlar o mercado de eurodólares, a oferta de empréstimos e os investimentos deslocaram-se para a Europa. A “acumulação de

fundos líquidos nos mercados de eurodólares só se tornou realmente explosiva de 1968 em diante”. (idem, p. 313).

Paralelo a essa “transnacionalização do capital (norte-americano e não norte-americano), ocorreu uma alta intensa nos preços dos insumos primários” – salários e o petróleo. Entre 1968-73 os preços dos salários subiram muito mais depressa que a produtividade da mão-de-obra. E, no final de 1973, veio o “choque do petróleo” – o primeiro – que triplicou o preço deste insumo em 1974. (idem, p. 315).

Para Arrighi,

“não há dúvida de que a crise sinalizadora do regime de acumulação norte-americano, que eclodiu no fim da década de 1960 e no início da seguinte, deveu-se basicamente, a um excesso de capital à procura de mercadorias, e não a uma incapacidade dos governos nacionais – e do governo norte-americano em particular – de compensar as deficiências no investimento privado com seus próprios gastos”. (idem, p. 316).

Arrighi ressalta que foi o keynesianismo militar global norte-americano que deu início a fase de expansão material da economia mundial capitalista no pós-guerra, e não o capital das corporações norte-americanas. Ainda sobre o keynesianismo, foi necessário que o controle da liquidez mundial fosse transferido da iniciativa privada para os órgãos públicos para que o caos das décadas de 1930 e 1940 se transformasse no condomínio ordeiro norte-americano dos anos 50 e 60. (idem, p. 318).

Esse processo inverteu-se devido à movimentação do capital das corporações norte-americanas, e o controle da liquidez mundial começa a voltar para a iniciativa privada em Londres e Nova York. A reação do governo norte-americano foi imediata. Abandonou o padrão ouro em 1973, criando o puro padrão dólar, o que fez aumentar a importância da moeda norte-americana (idem, p. 319).

Assim, a expansão transnacional, através de investimentos diretos e empréstimos externos, tinha a liquidez necessária para se manter. Portanto, os meios para auto-expansão do capital norte-americano, não apenas no país, mas também fora dele, estavam garantidos pela superabundância de dólares liberada pelas autoridades monetárias dos Estados Unidos. (idem, p. 320-21).

Arrighi, diz que essa liberdade do governo norte-americano não era ilimitada, apesar da liberalização do câmbio livrá-lo das restrições do balanço de pagamentos. Mas a flexibilização

do câmbio fez com que as corporações se preocupassem com a cotação diária de moedas diferentes, isso forçou as corporações multinacionais a entrarem no mercado futuro de divisas para se protegerem dessas oscilações diárias, tornando essas corporações ainda mais multinacionais. (idem, p. 321).

O fato dos países do Terceiro Mundo necessitarem destas eurodivisas para se precaverem contra as flutuações e se protegerem contra os efeitos das crises financeiras, fez com que o “cassino financeiro” crescesse ainda mais, e fez também com que esses países fossem os maiores prejudicados desse novo regime monetário. Com a exceção de alguns países, que tinham grandes reservas de petróleo e que se tornaram os principais depositantes do mercado de eurodivisas, os demais países do Terceiro Mundo eram grandes demandadores desse mercado. (idem, p. 322).

Outro fato que contribuiu para a intensificação da expansão financeira foi o fato de que na busca de proteção contra as incertezas da oferta de petróleo, os principais países capitalistas – grandes demandadores energéticos – deflacionaram suas moedas na tentativa de conseguirem uma balança comercial superavitária ou buscavam empréstimos no mercado de eurodivisas. (idem, p. 323).

Só que a política monetária frouxa do governo norte-americano e mais a liberalização de empréstimos e investimentos privados no exterior, impulsionaram o crescimento explosivo do mercado de eurodivisas. Assim, as empresas norte-americanas dispunham de novos meios e incentivos para a apropriação das reservas energéticas mundiais e na transnacionalização dos processos de troca. Essa expansão, aliada à alta dos preços do petróleo, acabou por criar uma nova fonte de inflação mundial. Mas, a maior parte destes empréstimos, dessa liquidez mundial, não foi para a expansão da produção e do comércio e sim para o mercado de eurodivisas. (idem, p. 324-25).

Assim, “a expansão da oferta pública de dólares nutriu os mercados monetários *offshore* com uma liquidez maior do que era possível reciclar com segurança e com lucro”. Isso acabou forçando “os membros da confraria de bancos liderada pelos Estados Unidos, que controlava os negócios em eurodivisas, a competir ferozmente entre si para empurrar o dinheiro para os países considerados dignos de crédito e, a rigor, baixar, os padrões pelos quais os países eram julgados dignos de crédito”. (idem, p. 325).

Em outras palavras, os países que eram considerados “dignos de crédito” aproveitaram dessa liquidez mundial, com taxas de juros mundiais atraentes, para ampliarem seus gostos no exterior, pois qualquer déficit nos seus Balanços de Pagamentos, era coberto com empréstimos. (Calleo, apud Arrighi, idem, p. 324).

Não demorou muito para os agentes do sistema monetário mundial perceberem que além de acelerar a inflação mundial, esse excesso de liquidez poderia levar o sistema bancário mundial à ruína.

Desse modo, a partir do último ano do governo Carter, o Estados Unidos optaram por acabar com a frouxidão das políticas monetárias.

Para arrighi, o resultado disso, foi a *belle époque* da era Reagan. (idem, p. 324, grifos do autor).

O fim dessa frouxidão foi apenas uma, entre uma série de medidas tomadas pelo governo norte-americano para restabelecer a confiança em sua moeda e centralizar novamente nos Estado Unidos o dinheiro mundial sob controle privado. Outras medidas foram as seguintes:

“Primeiro, o governo norte-americano começou a competir agressivamente pelo capital circulante mundial, elevando as taxas de juros bem acima do índice de inflação corrente. Segundo, os incentivos pecuniários para que o capital circulante se recentralizasse nos Estados Unidos foram suplementados e complementados por um grande impulso de ‘desregulamentação’, que proporcionou às empresas e instituições financeiras norte-americanas e não norte-americanas uma liberdade de ação praticamente irrestrita nos Estados Unidos. Terceiro, tendo vencido as eleições com a promessa de equilibrar o orçamento, o governo Reagan deu início a uma das mais espetaculares expansões do endividamento do Estado da história mundial. Quarto, esse aumento espetacular da dívida pública norte-americana associou-se a uma escalada da Guerra Fria com a União Soviética – basicamente, mas não exclusivamente, através do programa Iniciativa de Defesa Estratégica – e a toda uma série de exibições de poderio militar contra uma seleção de países inamistosos do Terceiro Mundo”. (idem, p. 327-28).

Arrighi argumenta que, caso a crise financeira dos anos 70 houvesse se prolongado mais, teriam sido anuladas as vantagens e privilégios da *seignorage* dos Estados Unidos, e que toda a estrutura de crédito norte-americana e as redes mundiais de acumulação capitalista teriam sido destruídas. Além disso, a UME (unidade monetária européia), criada em 1978, teria o potencial necessário para assumir o papel da moeda norte-americana. (idem, p. 329).



Isso fez com que o governo norte-americano voltasse a incentivar uma maciça transnacionalização dos processos de produção e de comércio, como nos anos 50. Assim, o governo teve a oportunidade através das empresas transnacionais, que dominavam os ramos financeiros e não financeiros do capital, de transformar o mercado de eurodivisas, numa arma “invisível” muito mais potente na sua busca interna e global de poder. (idem, p. 330).

Mas os problemas enfrentados pelo governo norte-americano na política mundial (Oriente Médio, Vietnã, etc.), mostraram que o melhor caminho era selar uma aliança com as altas finanças.

Além do problema de manter a confiança do dólar, havia o problema da legitimidade do poderio mundial. A crise da hegemonia norte-americana desenvolvera-se em paralelo a crise monetária. (idem, p. 331).

O primeiro problema para legitimar a hegemonia norte-americana, era justificar a magnitude dos gastos militares para a população norte-americana. O segundo era a plena soberania dos países do Terceiro Mundo recém emancipados nos continentes africano e asiático. Assim, o governo norte-americano entendeu o movimento de Bandung (1955), como uma ameaça à ordem mundial. Movimento esse dos países em desacordo com a Carta das Nações Unidas, que era apadrinhada pelo governo norte-americano. (idem, p. 332).

Além de política, essa era uma questão econômica, pois o Terceiro Mundo tinha importância como “reservatório de recursos naturais para atender as necessidades presentes e futuras das economias do Primeiro Mundo”. (idem, p. 333).

Sobre a crise militar, Arrighi aponta alguns casos como a perda da credibilidade dos Estados Unidos como vigilante do mundo em razão do fracasso no Vietnã. (idem, p. 332).

Outro fracasso do governo norte-americano foi no Oriente Médio, onde na tentativa de construir o Irã como a principal alavanca do poder norte-americano na região, o governo dos Estados Unidos fez investimentos maciços. Porém, a substituição do regime amistoso do xá pelo regime inamistoso dos aiatolás, convenceu o governo norte-americano a fazer uma aliança com as altas finanças privadas para recuperar a vantagem na luta global pelo poder. (idem, p. 334).

Essa aliança, alinhada com as restrições monetária e comercial, imposta pelo governo norte-americano aos países do Terceiro Mundo, reduziu significativamente a importância destes no sistema mundial. A alta do Libor de 11% em 1977, para mais de 20% em 1981, fez

com que com os pagamentos de juros sobre a dívida externa na América Latina, passassem de 1/3 das exportações em 1977, para quase 2/3 em 1982.

Sob a égide de taxas de juros “baixas” na década de 1970, pois o capital financeiro era abundante, muitos países do Terceiro Mundo contraíram dívidas pesadas. E quando o capital voltou a escassear, muito destes países tornaram-se insolventes<sup>3</sup>, e a União Soviética, com estruturas atrofiadas, “sentiu soprarem, subitamente, os ventos gélidos da competição”. Assim, essas estruturas atrofiadas do Estado soviético, começaram a desmoronar. (idem, p. 335).

Assim, enquanto o Terceiro e o Segundo Mundos sucumbiam...

“... a burguesia do Ocidente passou a desfrutar de uma *belle époque* que fez lembrar, sob muitos aspectos, o ‘momento maravilhoso’ da burguesia européia oitocentista anos antes. A semelhança mais marcante entre essas duas *belles époques* foi o quase completo desconhecimento, por parte de seus beneficiários, de que a prosperidade súbita e sem precedentes de que eles haviam passado a desfrutar não se apoiava numa solução da crise de acumulação que havia precedido os bons tempos. Ao contrário, a prosperidade recém-descoberta assentava-se num deslocamento da crise de um conjunto de relações para outro. Era só uma questão de tempo para que ela reemergisse sob formas mais problemáticas”. (idem, p. 335).

Sob a liderança do Estado e das empresas transnacionais norte-americanas, a economia-mundo entra numa fase de prosperidade na região central do sistema capitalista.

Descrevemos neste capítulo as duas fases do CSA norte-americano. Na primeira fase, de 1930 a 1970, vimos como se deram a expansão material e a crise da produção e no comércio. Depois, como resultado do excesso de capitais e das contradições da fase expansionista, a economia mundial ingressa numa fase de expansão financeira, que embora provoque um espasmo de prosperidade no centro do sistema capitalista, lança toda a semi-periferia e a periferia num processo de estagnação.

---

<sup>3</sup> Ver citação em Arrighi, p. 324.

### **3 A Formação do Capital Industrial Brasileiro.**

O processo de industrialização do Brasil tem início em meados do século XIX, com a instalação de pequenas fábricas de tecidos de algodão em virtude do surto algodoeiro em São Paulo.

Para melhor compreender o início do processo de industrialização, utilizaremos a obra de Wilson Suzigan, “Indústria Brasileira Origem e Desenvolvimento” como fio condutor desta parte do nosso trabalho, para detalharmos como se formou o capital industrial brasileiro.

Suzigan (2000: 23) identifica 4 interpretações sobre a origem da industrialização no Brasil:

- 1) A teoria dos choques adversos (as duas grandes guerras, e a depressão de 30).
- 2) A ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações.
- 3) A interpretação baseada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil (ou capitalismo tardio).
- 4) A ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo.

A seguir, de forma sucinta, apresentaremos os comentários do autor sobre cada uma das interpretações a cima.

#### **3.1 A teoria dos choques adversos (crises no setor exportador, guerras, crises econômicas internacionais).**

Suzigan (Idem, p. 25) explica essa “teoria” como tendo duas versões: uma “extrema”, e outra que seria a interpretação do desenvolvimento industrial por Frutado (1963) e Tavares (1972).

O autor argumenta que a versão extrema decorre da interpretação cepalina sobre desenvolvimento, a chamada “doutrina da Cepal”, segundo a qual, as relações comerciais entre os países industrializados (do centro) e a A.L. (periferia), estão no contexto da divisão internacional do trabalho, que impõe aos países periféricos uma especialização na produção de matérias-primas, que são exportadas para os países centrais, os quais, por sua vez, exportam manufaturas para a periferia. Assim, o desenvolvimento dos países periféricos estaria voltado

para fora e suas economias seriam caracterizadas como reflexas e dependentes. Mas, houve uma mudança no padrão de crescimento, que aconteceu quando as economias periféricas voltaram-se para dentro, estimulando o investimento industrial. Este redirecionamento para dentro ficou conhecido como substituição de importações.

A interpretação de Furtado (1963) e Tavares (1972), segundo Suzigan (*idem*, p. 25), não corresponde a essa versão extrema, mas para eles, o desenvolvimento industrial ocorrido antes da década de 1930 foi induzido pelo crescimento da renda interna resultante da expansão do setor exportador. A versão extrema corresponde às “afirmações dos primeiros escritores e observadores da economia brasileira que dizem que a indústria interna de transformação reagiu positivamente às dificuldades impostas pela Primeira Guerra Mundial”. (*idem*, p. 25).

Para Suzigan (*idem*, p. 29), a diferença entre as duas versões, é que esta última tem uma relação de interdependência entre os setores internos e exportador, enquanto a primeira põe os setores como antagônicos.

### **3.1.1 A industrialização liderada pela expansão das exportações.**

Segundo Suzigan (*idem*, p. 31), esta interpretação difere da de Furtado e Tavares ao “estabelecer uma relação direta entre o desempenho do setor exportador e o desenvolvimento industrial e ao caracterizar esse desenvolvimento industrial como um processo abrangente de industrialização, e não limitado à produção de bens de consumo como extensão do setor exportador”.

### **3.1.2 A interpretação baseada no desenvolvimento do capitalismo no Brasil (ou capitalismo tardio).**

Segundo Suzigan (*idem*, p. 35), a “ótica do capitalismo tardio sugere que o desenvolvimento capitalista na América Latina, especialmente no Brasil, foi primeiramente determinado por fatores internos e posteriormente por fatores externos”.

Suzigan argumenta que o capital industrial se originou na década de 1880, em virtude da rápida acumulação de capital do setor cafeeiro, favorecido pela introdução da maquinaria no seu beneficiamento e pela construção de ferrovias para escoamento da safra, assim como pela substituição da mão-de-obra escrava por assalariados imigrantes.

A relação entre o setor cafeeiro e o setor industrial era contraditória. Essa contradição deriva...

“... da subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro, e da subordinação deste ao capital internacional. O capital industrial depende do capital cafeeiro em dois aspectos cruciais: para gerar a capacidade de importar máquinas e equipamentos industriais, assim como bens de salário para a reprodução da força de trabalho, e para criar um mercado para produtos industrializados. O capital cafeeiro, por sua vez, dependia da demanda externa por café. Embora a rápida acumulação de capital cafeeiro estimulasse a acumulação de capital industrial, esta era contraditória à acumulação de capital cafeeiro (o qual é predominantemente mercantil) e à posição subordinada da economia brasileira na economia mundial posição esta que implicava a especialização da economia brasileira na produção de produtos primários para a exportação, na divisão internacional do trabalho”. (idem, p. 37).

Esse padrão de acumulação, através das exportações do café foi interrompido pela Grande Depressão. A partir daí, “as políticas monetária e fiscal expansionistas da década de 1930 e a redução da capacidade de importar estimularam o crescimento da produção nas indústrias”. Num primeiro momento, esse crescimento ocorreu nas indústrias de bens de consumo e bens intermediários e somente a partir da década de 1950, que essa acumulação de capital industrial tornou-se predominante e endogenamente determinada. (Suzigan, idem, p. 38-9).

### **3.1.3 A industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo.**

Segundo o autor que estamos consultando, a promoção das políticas industriais pelo governo brasileiro, antes de 1930, se dá através de proteção alfandegária e concessão de incentivos e subsídios a indústrias específicas.

Suzigan (idem, p. 42), diz que os principais autores que dizem que a proteção alfandegária, por parte do governo brasileiro era intencional são F.R. Versiani e M.T. Versiani.

Segundo estes últimos autores, no caso da indústria de tecidos de algodão, esses incentivos eram cíclicos, alternando-se períodos de aumento do investimento e expansão da produção, em função da taxa de cambio, cuja valorização favorecia a importação de máquinas, o que estimulava o investimento. E, quando ocorria uma desvalorização cambial, a importação se tornava cara, então, a proteção da barreira cambial criada, estimulava a expansão da produção.

No período de 1889 a 1895, o autor diz que a proteção aduaneira foi reduzida devido à erosão das alíquotas pela inflação. Já no período que vai do final do século XIX e início do XX, essa proteção aumentou. Assim, o resultado geral foi a redução contínua da proteção agregada líquida – proteção aduaneira e desvalorização cambial – no período pré-Primeira Guerra. (Suzigan, *idem*, p. 43).

Com exceção da indústria do açúcar, o autor diz que o governo não deu praticamente nenhuma assistência direta à indústria de transformação antes da Primeira Guerra, salvo as ocasionais isenções de direitos sobre maquinaria importada e outros incentivos indiretos, como o desenvolvimento do sistema de transporte, infra-estrutura, etc. É verdade que isso mudou após o conflito, mas somente para algumas indústrias e não para a indústria de um modo geral. (Suzigan, *idem*, p. 47).

### **3.2 A origem do capital industrial.**

Segundo Suzigan (*idem*, p. 48), autores como, Mello (1975), Silva (1976), Cano (1977) e Aureliano (1981), afirmam que o início da industrialização foi o auge do ciclo do café, na década de 1880.

As primeiras grandes fábricas a se instalarem principalmente na região de São Paulo, foram as de sacaria de juta, moinhos de trigo, cervejarias, fósforos, pregos, parafusos, canos de chumbo, peças de acessórios para vagões ferroviários, bondes, etc. (Suzigan, *idem*, p. 48).

Outro fator que Suzigan (*idem*, p. 49) mostra como positivo para a formação de capital, necessário para a expansão da indústria no Brasil, foi o Encilhamento<sup>4</sup>, que foi um período de grande especulação financeira (1889-1891), o que ocasionou um significativo aumento do

---

<sup>4</sup> Ver Stein (1979, p. 95-9) para descrição detalhada do “boom” e da crise subsequente.

estoque de moeda, facilitando o crédito e estimulando o investimento industrial, principalmente na criação das sociedades anônimas.

O impacto da Primeira Guerra no incipiente setor industrial brasileiro mostrou sua fragilidade, em virtude da escassez de matérias-primas, insumos e maquinaria importada, o que levou o governo e os industriais mais cômicos a perceberem a necessidade de promover a diversificação e complementar o desenvolvimento do setor industrial. (Suzigan, *idem*, p. 60-1).

Referente à Depressão da década de 1930, Suzigan (*idem*, p. 61) destaca alguns pontos que ele considera cruciais para entender o impacto da crise sobre a economia brasileira: a política de defesa do café, a mudança nos preços relativos das importações e a existência de capacidade ociosa na indústria.

Para fazer estas considerações, o autor utiliza a interpretação de Furtado (1963, cap. 32), para quem a política de defesa do café através da compra dos estoques pelo governo brasileiro para manter elevado o preço, manteve a renda nominal do setor exportador em níveis relativamente altos. Porém, “essa política agravou o desequilíbrio externo da economia, que foi corrigido por forte depreciação da taxa de câmbio, a qual, por sua vez, provocou substancial aumento nos preços relativos das importações”. (Suzigan, *idem*, p. 61).

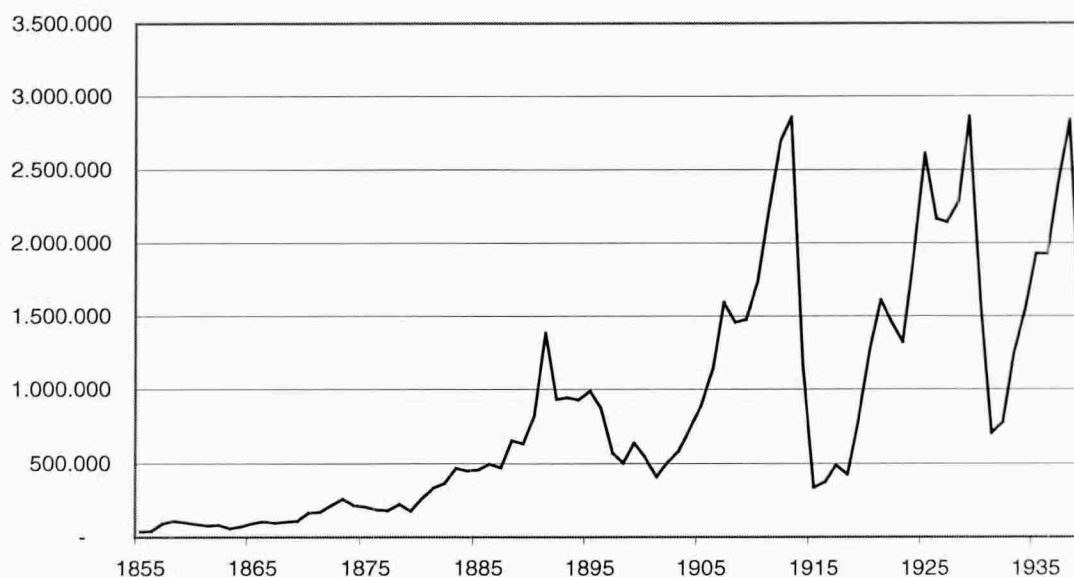
Esse aumento dos preços para importação fez com que a demanda interna passasse do mercado externo para os produtores internos, transferindo assim, o capital do setor cafeeiro para o setor industrial. Mas, havia o problema da capacidade de produção. Para se expandir, a indústria necessitava da importação de bens de capital, cujos preços tinham aumentado muito devido à desvalorização cambial. Furtado (2000), afirma que a expansão, num primeiro momento, foi possível devido à existência de capacidade ociosa e, num segundo momento, devido ao provável reinvestimento dos lucros do setor industrial na indústria de bens de capital, já que a capacidade de importação estava limitada.

### 3.2.1 Os investimentos do setor industrial, pré Segunda Guerra Mundial.

Suzigan (idem, p. 82) diz que no Brasil, até a década de 1860, os investimentos na produção industrial eram praticamente nulos, devido aos acordos comerciais que faziam concessões tarifárias às importações provenientes da Grã-Bretanha (1810 a 1844), e principalmente pela existência de trabalho escravo, o que tornava o desempenho da economia agrário-exportadora fraco.

Porém, como mostra o gráfico abaixo, o investimento na indústria de transformação inicia-se a partir da segunda metade da década de 1850 e toma impulso definitivo após a década de 1860, atingindo o pico nos anos pré Primeira Guerra e pré Crise de 1929.

**Figura 2: Total de Investimentos na Indústria de Transformação no Brasil.**  
Valores em Libras Esterlinas, preços de 1913.



Fonte: Suzigan (2000, p. 83).

Em razão da falta de dados sobre o volume de investimentos no período, o autor infere o investimento na importação de máquinas e equipamentos provenientes principalmente da Grã-Bretanha, Alemanha, Estados Unidos e França, como o volume de investimentos no período.



O período analisado (1869-1939) é marcado por ciclos de investimentos e ciclos recessivos. A seguir será apresentada uma breve síntese das tendências dos investimentos industriais no Brasil neste período.

A primeira fase de expansão (1869-1873) é caracterizada por políticas monetária e fiscal, em consequência do aumento dos gastos do governo com a Guerra do Paraguai, os quais foram parcialmente financiados pelo aumento no estoque de moeda. Tais políticas expansionistas reforçaram a tendência de crescimentos da demanda agregada, assim como também, através da depreciação cambial, acabaram por proteger a produção interna. Mas, a partir de 1870, através de políticas deflacionárias, essa proteção da indústria interna foi reduzida em virtude da apreciação do câmbio. Por sua vez essa apreciação acabou por estimular a importação de maquinaria, que beneficiou, e muito, a mecanização dos processos produtivos de indústrias já instaladas e o estabelecimento de novas fábricas, principalmente de tecidos de algodão. Nesse período foram construídas as primeiras estradas de ferro. (idem, p. 84).

Entre 1874 e 1879, acontece a primeira fase de recessão. Suzigan (idem, p. 85), caracteriza essa fase como estagnação das exportações e declínio do investimento. Sobre este declínio, o autor diz que a política deflacionária, adotada após a Guerra do Paraguai, reduziu o estoque de moeda, baixando o nível geral de preços, o que fez com que a atividade industrial fosse se reduzindo até o final da década de 1870. Além de uma séria crise bancária a política comercial foi alterada, e a taxa de câmbio foi valorizada, o que fez cair o nível de exportações e aumentar o das importações, com efeitos adversos sobre a indústria nacional, como o fechamento de fábricas e transformação de muitas destas em meras importadoras.

A essa recessão segue-se uma nova fase de expansão, que vai de 1880 a 1895 e que Suzigan (idem, p. 86) caracteriza como o mais longo período de aumento do investimento na indústria de transformação. As principais características desse período são: a) o aumento da exportação do café; b) a construção de estradas de ferro; e c) a imigração. Aliados a uma política monetária expansionista e a alternância de períodos de proteção da produção interna e valorização cambial, esses fatores propiciaram um aumento substancial do investimento, principalmente nas seguintes indústrias: tecidos e algodão; indústria de chapéus; indústria moageira; indústria de cerveja; indústria de fósforos; metal mecânica (produção de pregos,

parafusos e peças pra vagões ferroviários e bondes); indústria do açúcar; nas primeiras fábricas de papel; e nas primeiras duas usinas de ferro-gusa.

O período seguinte, 1896-1901, foi marcado pela crise do café, que provocou uma das mais severas depressões da economia brasileira. Além da queda das exportações do produto, houve uma queda na renda real a partir de 1896 e a política deflacionária, implementada pelo governo em fins de 1898, agravou a crise. Com exceção das indústrias têxteis (algodão, lã e juta) e de moagem de trigo, todos os setores da indústria sofreram cortes nos investimentos (Suzigan, *idem*, p. 87-8).

Os dez anos seguintes (1902-1913), são marcados pela expansão dos investimentos, com um pequeno interregno (1908-1909) sem crescimento, devido aos efeitos da crise norte-americana (1907). As principais características desse período de expansão foram: as políticas monetária e fiscal expansionistas; aumento do estoque de moeda; gastos do governo federal na construção de estrada de ferro, equipamento dos portos, melhoramentos urbanos, etc., grande parte destes investimentos financiados com recursos externos; dentro desse conjunto deve ser destacado o programa de valorização do café. O resultado foi o crescimento econômico, o aumento na capacidade de importar e a valorização do câmbio. Do mesmo modo que na década de 1880, houve uma combinação de proteção aduaneira com valorização do câmbio, o que proporcionou um aumento líquido do investimento.

Outra fase de recessão foi de 1914-1918, na qual o fato marcante foi a Primeira Guerra Mundial, que além das dificuldades operacionais da importação elevou também os preços dos produtos importados (máquinas, equipamentos e matérias-primas). Com exceção de alguns setores como o de alimentos (carnes, óleo de caroço de algodão e açúcar), que teve suas exportações ampliadas, outros setores que receberam investimentos foram os de papel e alguns que produziam matérias-primas (couro curtido e outros insumos para a indústria de calçados, produtos químicos, tais como carbonato de cálcio, anilinas e produtos de metais), pois a importação desses produtos tinha sido mais seriamente afetada. (Suzigan, *idem*, p. 89-90).

Este novo ciclo (1919-1929) de expansão do investimento é caracterizado por Suzigan (*idem*, p. 90) como o auge da economia agrícola exportadora. Pois, segundo o autor, o aumento do investimento na indústria na década de 1920, teve como causas, além da influência dos “ventos da economia internacional”, uma mudança na política econômica brasileira, que apresentou os seguintes traços: novas políticas monetária e fiscal expansionistas

(1922-1923), novo programa de valorização do café, nova política deflacionária (1924-1926) e, um esquema de estabilização monetária e cambial (1927-1929). Assim, a década de 1920, foi marcada por períodos de crescimento do PIB (1919-1920, 1922-1923 e 1927-1928) e por períodos de crescimento negativo (1912, 1924-1926 e 1929). Durante a década de 1920 de um modo geral, os investimentos aumentaram em praticamente todos os setores da indústria: têxtil, calçados, moagem, açúcar, cerveja, cimento, siderurgia, química; farmacêutica e perfumaria, borracha, etc. Suzigan (idem, p. 92), destaca a diversificação da indústria como ponto marcante da década.

O final da década de 1920 se caracterizou Grande Depressão e uma nova crise do café (1930-1932), que fizeram o produto e a renda real da economia brasileira de 1931 caírem em (3,5%) e (6,7%), respectivamente. Os investimentos na indústria de transformação, medidos pela importação de máquinas e equipamentos, diminuíram fortemente entre 1930 e 1931, devido à forte desvalorização cambial (consequência de dificuldades no Balanço de Pagamentos) e ao aumento dos direitos aduaneiros. Com as exceções das indústrias de cimento e têxtil (fios de raion), todas as outras indústrias tiveram cortes drásticos nos investimentos. Mesmo assim, segundo o autor, os efeitos dessa recessão foram menos intensos que os efeitos da recessão da Primeira Guerra Mundial, tanto que em 1933, a recuperação já estava iniciada. (Suzigan, idem, p. 93).

Essa recuperação da economia brasileira tem sido explicada “com resultado da implementação de políticas anticíclicas a partir de 1931, especialmente a política de defesa do café, e de mudanças nas variáveis de política comercial, especialmente a depreciação cambial”. Ou seja, este novo ciclo expansionista (1933 – 1939), tem as características muito semelhantes aos ciclos expansionistas anteriores, quais sejam, desvalorização cambial, expansão monetária e valorização dos preços do café através da compra dos estoques pelo governo federal, desta vez dentro do Programa de Reajustamento Econômico. O autor ressalta, no entanto, a importância das restrições não-tarifárias às importações, como mecanismo de proteção da indústria nacional. (Suzigan, idem, p. 94)

Nesse período (1933-39), segundo o autor, a indústria se expandiu graças à existência de capacidade ociosa. E, à medida que essa capacidade ociosa foi sendo absorvida, as importações, mesmo com os preços relativamente altos, não deixavam de ser feitas, o que acontecia principalmente nas indústrias que substituíam importações, cabendo destacar: a

indústria metalmeccânica – que começa a produzir máquinas e equipamentos industriais –, cimento, ferro e aço (destacasse nesse setor a Monlevade, que se tornou a maior siderúrgica a carvão vegetal do mundo), papel e celulose, produtos de borracha, indústria química, farmacêutica, etc. (Suzigan, idem, p. 95-6).

Porém, no final de 1939 as importações de maquinaria industrial já estavam afetadas pelo início da segunda guerra na Europa, o que deu início a uma nova fase de declínio dos investimentos. (Suzigan, idem, p. 96).

### **3.2.2 A industrialização durante a Segunda Guerra Mundial.**

Sobre a relação entre a Segunda Guerra Mundial e a industrialização brasileira, Bresser Pereira (1985), se pergunta: Até que ponto constituiu ela um obstáculo ou estímulo ao desenvolvimento industrial brasileiro. Segundo este autor, a guerra constituiu um estímulo. Ele faz essa afirmação utilizando-se de um clichê de que as guerras se constituem num benefício para o desenvolvimento capitalista. (idem, p. 36).

Segundo o autor, como observado por Celso Furtado, "a política seguida durante os anos de guerra foi, na essência, idêntica à que se havia adotado imediatamente depois da crise", ou seja, a demanda interna fora preservada com a valorização cambial, que estimulava as exportações. Estas tiveram seus preços valorizados em 116% entre 1937 e 1945, além do aumento da demanda externa.

Essa expansão da demanda externa, aliada ao aquecimento da demanda interna, criou, mais uma vez, as condições ideais para novos investimentos na direção da industrialização brasileira, porém, a redução drástica nas exportações dos países desenvolvidos, devido à guerra, interrompeu os investimentos em bens de capital, necessários para a expansão da produção. Assim, o empresariado brasileiro pode expandir a produção até o limite da capacidade instalada. (idem, p. 37).

### 3.2.3 A industrialização no decênio pós Segunda Guerra Mundial.

Segundo Bresser Pereira (1985), no decênio imediatamente posterior à guerra, além dos saldos em divisas estrangeiras acumuladas graças à redução das importações durante a guerra, outros fatores foram importantes para o estímulo ao desenvolvimento industrial brasileiro.

Primeiramente, houve uma melhoria nas relações de troca ocorrida nesse período. Segundo o autor, entre 1946 e 1955, essa melhoria foi de 151%. Em seguida, o governo opta por uma política cambial liberal, que o autor classifica como ruínosa para o país. Depois do fracasso dessa política (1947), o governo adotou o controle de importações, através de um sistema de prioridades, que facilitava a importação de matérias-primas e equipamentos, do mesmo modo que dificultava as importações de bens de consumo, que dependiam de licenças especiais devido à sua baixa prioridade. Esse sistema durou até o fim dos anos cinquenta e se tornou o principal estímulo à industrialização brasileira. (idem, p. 39-41).

Outro fator que contribuiu para a industrialização brasileira foi o "confisco cambial", que nada mais era do que a transferência das divisas provenientes das exportações do café, para o governo e o setor industrial. (idem, p. 41).

Segundo o autor, o Brasil teve um grande desenvolvimento industrial no decênio após a guerra, com um aumento de 122% na produção industrial entre 1946-55. Porém, o crescimento ocorrido não era homogêneo entre os setores industriais. Nas palavras do autor: "Ao findar a guerra, podemos afirmar que a indústria leve de consumo estava instalada no Brasil. A partir dessa época teria início o desenvolvimento de indústrias ainda de bens de consumo, mas já mais complexas, como é o caso dos eletrodomésticos. Seria também dado mais impulso às indústrias de base e às de bens de produção". (idem, p. 41).

Foi também nesse período (1946-55), que o governo criou a Petrobrás (1953), que em apenas três anos de funcionamento, produziu mais de três vezes o que havia sido produzidos nos quatorze anos anteriores, quando a produção nacional ficava sob o controle do Conselho Nacional do Petróleo. (idem, p. 42).

Sobre o desenvolvimento da indústria de bens de produção, o autor diz que a produção desses bens no período 1946-55 foi na ordem de 147%. (idem, p. 42).

Para o período seguinte, o autor apresenta três razões que ameaçavam o desenvolvimento industrial do Brasil. Em primeiro lugar a inflação, que no entre 1939-53, apresenta uma taxa média de 11%, e em 54% sobe para 26%. Em segundo lugar, a relação de trocas piora em 25%, devido à queda nos preços internacionais do café. E, em terceiro lugar, havia uma crise de infra-estrutura, pois no período anterior, os investimentos em infra-estrutura não acompanharam o ritmo do desenvolvimento, que segundo o autor, fora acelerado. Soma-se a isso, a queda na taxa do PIB real em 1956, para 1,9%. (idem, p. 43).

No entanto, o período seguinte é marcado por um forte desenvolvimento industrial. O autor nos diz que o crescimento médio da indústria no período 1956-61 foi de 11%, superior ao crescimento do PIB real, que foi de 6%. (idem, p. 44).

Entre os anos de 1950 e 1960, há um aumento na participação da indústria manufatureira no PIB, passando de 20% em 1950 para 27,5% em 1960. Nesse período também, o autor destaca a implantação da indústria automobilística:

Partindo praticamente da estaca zero em 55, o Brasil em 60 já produzia 133078 veículos, com um índice de nacionalização superior a 90%. A importância dessa indústria é fundamental na explicação de seu desenvolvimento brasileiro nesse período, não só devido às economias de divisas que produz, mas especialmente face às economias externas que as empresas montadoras trazem consigo. Em outras palavras, a presença no Brasil das grandes fábricas de automóveis significou não só salários e lucros para seus empregados e acionistas, mas também um imenso crescimento das oportunidades de emprego e investimento para a indústria de autopeças, para a indústria de base, para o setor da comercialização dos veículos produzidos, etc. Dessa forma, o fato de os lucros dessas empresas irem beneficiar acionistas no exterior pouco significa em comparação com o estímulo ao desenvolvimento econômico do país que representaram. (idem, p. 44).

O autor nos põe um questionamento: "Por que todo esse desenvolvimento, por que essa extraordinária expansão em um momento em que as condições pareciam desfavoráveis?" (idem, p. 44).

Como primeira causa para o desenvolvimento do Brasil nesse período, o autor destaca as ações do governo Juscelino Kubitschek, durante seus cinco anos de mandato. Para o autor, três fatos explicam essa ação do governo. Primeiramente, as forças políticas que apoiaram a eleição de Juscelino Kubitschek, são as nacionalistas, industrialistas e intervencionistas moderados. Em segundo lugar, o autor destaca a personalidade forte de Juscelino Kubitschek,

e o raro senso de oportunidade, que este governante possuía. E em terceiro lugar, os técnicos e os economistas que faziam parte da sua equipe. (idem, p. 45-46).

Para o autor, "o estímulo que proporcionou à industrialização do país, criando condições favoráveis aos investimentos privados nacionais e estrangeiros, e o crescimento dos investimentos governamentais constituem a explicação básica do extraordinário desenvolvimento por que passou o país nesse período". (idem, p. 46).

Como segunda causa do desenvolvimento industrial brasileiro, que o autor considera importante, porém, não tanto quando a primeira, são os fluxos de capitais estrangeiros para o Brasil, que foram investidos na indústria manufatureira. (idem, p. 47-49).

No período de cinco anos, segundo o autor, de um modo geral se consolidou a indústria no Brasil. A produção de materiais de transporte aumentou 700%, da indústria química 106%, da indústria de máquinas e ferramentas 125%, da indústria metalúrgica 78%, além de aumentos na produção de algumas indústrias básicas, como o petróleo, o alumínio e o chumbo, tudo isso, incentivado pela expansão da indústria automobilística. (idem, p. 50).

Vemos que o desenvolvimento econômico do Brasil nesse período teve a industrialização como fator dominante. O autor nos mostra, que além da industrialização, outros fatores que foram responsáveis por esse desenvolvimento, porém, destacaremos apenas a substituição das importações, a limitação da capacidade de importar, o surgimento de uma classe de empresários industriais e a estatização.

### **3.2.4 O Modelo Industrial por Substituição das Importações.**

Sobre a substituição das importações, usaremos a abordagem de Maria da Conceição Tavares na sua obra "Da Substituição de Importações ao Capital Financeiro".

Segundo Tavares (1983: 59), por ser a economia brasileira uma economia primário-exportadora – tendo o café como principal produto – voltada para fora, era uma economia reflexa, extremamente vulnerável às crises das economias de que dependia e também vulnerável às flutuações ocorridas nos preços dos produtos exportados.

Sabe-se que esse modelo de desenvolvimento entra em crise na Grande Depressão da década de 1930, como entrou em crise, também, na Primeira Guerra e na depressão do final do século XIX. Contudo, na Grande Depressão da década de 1930, o país já dispunha de um mercado interno dinâmico, com uma estrutura industrial diversificada, apesar de incipiente, e a recuperação no imediato pós-crise foi rápida. Porém, a recuperação da economia brasileira demora após a Segunda Guerra. Esse advento, reduz a capacidade de importar e obriga o Brasil a voltar-se para dentro, desenvolvendo novas atividades e ampliando as já existentes para atender a demanda antes atendida pelas importações. (Tavares, *idem*, p. 59-60).

Assim, "no período da Segunda Guerra Mundial, apesar das dificuldades de suprimentos do exterior, ou por isso mesmo, o **Governo decidiu entrar no setor da siderurgia** dando início ao investimento pioneiro de Volta Redonda, cuja entrada em funcionamento em 1946 constitui a primeira operação em grande escala na indústria da América Latina". (Tavares, *idem*, p. 70, grifo nosso).

Tavares (*idem*, p. 60), argumenta que o período pós-guerra se caracteriza por uma expansão e mudança da estrutura industrial brasileira. Mudança essa que se caracterizou pelo estrangulamento externo e pela defesa do nível de renda da classe média, que ocasionaram numa diversificação da atividade industrial interna.

A autora relaciona a recuperação da capacidade de importar, que o Brasil recupera após a Guerra, com a da Argentina e do Chile, que adotaram um modelo de desenvolvimento semelhante, porém não recuperaram a capacidade de importar. Segundo a autora, esse patamar foi recuperado devido à elevação dos preços do café no mercado internacional, que perdurou até 1953-54. (Tavares, *idem*, p. 61).

Para entendermos melhor a expansão e a mudança da estrutura industrial brasileira, acima citada, faremos um breve resumo das modificações na estrutura das importações, no período entre 1929 e 1948, com base em Tavares (*idem*, p. 73-90).

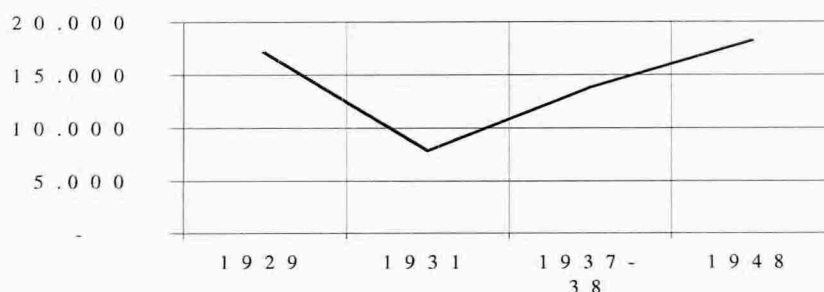
O processo de substituição de importações consistiu, de modo geral, num processo de expansão e diversificação da atividade industrial interna, em virtude das limitações da capacidade de importar. (*idem*, p. 74).

Para efetuar essa análise, toma como base alguns anos, que segundo ela, servem como referência para o período principal da análise (1948-61), que veremos mais adiante. Estes anos



de referência são: 1929 (antes da crise), 1931 (antes de chegar ao máximo da depressão), 1937/38 (anos de recuperação) e 1948 (ano inicial do período seguinte).

**Figura 3: Total de Importações\***.  
(Milhões de cruzeiros de 1948).



Fonte: Adaptado de Tavares (1983, p. 69).

\* Importação de bens de consumo (duráveis e não duráveis), combustíveis e lubrificantes, matérias-primas e produtos intermediários (metálicos e não metálicos) e bens de capital.

Como vemos na figura acima, no pior momento da crise - 1931 - as importações brasileiras caíram mais de 50% em relação a 1929. Como ressalta Tavares (idem, p. 76), embora 1937/38 sejam anos de recuperação e os mais favoráveis da década às importações, estas ainda são inferiores as do ano de 1929 e, só após a Segunda Guerra Mundial, a capacidade de importar retorna aos níveis pré-crise.

Sobre a variação na participação dos grandes grupos de bens no total das importações, podemos perceber, pela análise do quadro 1, que durante a crise os bens de capital sofreram uma redução significativa nas importações, enquanto as matérias-primas e produtos intermediários metálicos e não metálicos, aumentaram consideravelmente a participação no total das importações. Porém, no período final considerado para a análise, percebemos que, em relação a 1929, a participação dos bens de capital no total das importações se amplia, enquanto a participação das matérias-primas e produtos intermediários metálicos e não metálicos, se contrai consideravelmente. Já os demais grupos analisados, recuperam os níveis do ano de 1929 - bens de consumo duráveis e não duráveis - ou ampliam significativamente a participação - combustíveis e lubrificantes, dobraram a participação.

**Quadro 1: Participação nas Importações dos Principais Grupos de Bens.**

GRUPOS DE BENS	Participação no total das importações por período.			
	1929	1931	1937-38	1948
Bens de Consumo (Duráveis e Não-duráveis)	18,7%	12,3%	13,3%	21,2%
Combustíveis e lubrificantes	7,5%	11,9%	9,8%	14,4%
Mat.-primas e prod. Interm.(Metál. Não-Metál.)	46,2%	64,4%	53,2%	35,2%
Bens de Capital	26,7%	11,4%	23,7%	29,1%

Fonte: Adaptado de Tavares (1983: 69).

Essas variações na composição da amostra indicam, segundo a autora, uma mudança na estrutura das importações, acompanhando o processo de industrialização. (idem, p. 79).

Tavares (idem, p. 80), conclui que, "durante o período do pós-crise até o fim da Segunda Guerra Mundial, foi ultimada, praticamente, a substituição possível de ser levada a cabo nos bens de consumo não duráveis, e realizados alguns esforços estratégicos de substituição nas matérias-primas e, sobretudo nos materiais de construção".

No período de 1948 a 1961, a autora diz que a substituição mais forte ocorreu nos bens de consumo duráveis, pois em 1961, a importação destes correspondia a menos de 10% do que era importado em 1948. E, a expansão no nível de importação mais expressiva no período, se deu com os combustíveis e lubrificantes, que tiveram um aumento de, aproximadamente, 150% em relação a 1948 (Tavares, idem, p. 82).

**Quadro 2: Índices do "Quantum" das importações por Grupos Principais, 1949, 1953, 1954, 1955, 1956 e 1961. (1948=100).**

Grupos de Bens	Índices das Importações do Período					
	1949	1953	1954	1955	1956	1961
Bens de consumo duráveis	81,2	21,7	23,8	7,7	7,8	9,2
Bens de consumo não-duráveis	102,0	113,3	131,4	120,8	121,0	117,9
Combustíveis e lubrificantes	105,4	178,2	214,4	208,8	216,9	248,7
Produtos intermediários metálicos	140,0	163,4	319,4	161,9	144,4	196,0
Produtos intermediários não metálicos	108,7	140,2	181,8	158,8	149,2	174,8
Partes Complementares	66,1	17,7	73,4	48	62,3	29,3
Bens de capital	104,1	116,9	134,7	95,7	84,2	141,1

Fonte: Adaptado de Tavares (1983: 81).

Conforme percebemos no quadro 2, os bens de capital sofrem uma redução no seu *quantum* de importação no período de 1955-56, que segundo a autora, se deve ao fato que

estes bens são os mais compressíveis da pauta, uma vez que as importações de bens de consumo terminados já se encontram reduzidas. (Tavares, *idem*, p. 82).

Sobre a não redução do *quantum* de importação das matérias-primas e produtos intermediários, Tavares (1983), diz que estas importações eram indispensáveis à manutenção do nível de atividade econômica existente, em particular a atividade industrial. (*idem*, p. 82).

Assim, percebemos que o processo de substituição das importações que visava estimular a interna tornou-se difícil, em face de uma capacidade para importar que cresceu lentamente ao longo do período, apesar de ter diminuído nos períodos de crise mundial.

Essa manutenção da capacidade de importar, segundo Tavares (*idem*, 90), "se deu à custa de um crescente endividamento externo" e, as margens de importações destinadas a investimento, só foram possíveis, graças a uma política cambial discriminatória e, à entrada considerável de capital estrangeiro. Para a análise das alterações na estrutura industrial brasileira no período 1948 - 1961, são utilizados apenas dados das indústrias de transformação, que segundo ela, são as mais ligadas diretamente no processo de substituição. (*idem*, p. 91).

A autora separa as indústrias em três categorias, de acordo com o aumento na participação total da produção, a saber: indústrias dinâmicas (mecânicas, metalúrgicas, de material elétrico, de material de transportes e química); indústrias intermediárias (minerais não metálicos, papel, papelão e borracha) e indústrias vegetativas (alimentos, bebidas, fumo, couros e peles, têxtil, vestuário, madeira, mobiliário e editorial). (*idem*, p. 92).

Sobre as indústrias vegetativas, a autora ressalta, que de modo geral, as importações destas já eram extremamente baixas em 1949. Por isso, ela diz que o processo de substituição para esse grupo já estava praticamente concluído.

Para as indústrias dinâmicas, Tavares (1983), explica que de modo geral houve uma expansão na produção, o que resultou numa diminuição nas importações para o período. Porém, a autora diz que algumas destas indústrias – como a mecânica – que apesar de ter diminuído suas importações no período, era a indústria onde o esforço de substituição deveria ser maior, pois, o coeficiente de importação desse setor era o maior de toda e a indústria de transformação. (*idem*, p. 94-95).

Nas indústrias designadas como intermediárias, os resultados das substituições são satisfatórios na indústria de transformação de minerais não-metálicos, porém, não são

satisfatórios nas indústrias de papel e papelão e menos ainda na indústria de borracha. (idem, p.95).

No quadro 3, a autora explica o processo de substituição relacionando as importações de cada indústria com o total das importações da amostra. Porém, julgamos útil para entender de uma forma mais clara as mudanças na estrutura das importações, incluímos as colunas (I/P), para mostrar uma relação das importações com a produção nas indústrias. Como se vê, de um modo geral, essa relação caiu durante o período analisado.

Como podemos perceber pela análise dessas colunas, essa relação decresceu mais, nas indústrias em que o processo de substituição alcançou os maiores resultados, pelo menos no período analisado.

A autora ressalta o esforço do processo de substituição, destacando que além das mudanças na estrutura das importações, pode-se perceber mudanças na estrutura produtiva no período. (idem, p. 96).

**Quadro 3: Importações, Produção e coeficientes.**

Ramos da Indústria de Transformação	1949					1958					1961				
	Import. (I)	%	Produç. (P)	%	(I)/(P)	Import. (I)	%	Produç. (P)	%	(I)/(P)	Import. (I)	%	Produç. (P)	%	(I)/(P)
Metalurgia	2.334	13%	8.137	7%	28,7%	10.237	13%	76.977	11%	13%	35.221	16%	266.030	13%	13%
Mecânica	3.032	17%	1.719	2%	176,4%	12.480	15%	17.577	3%	71%	41.754	19%	48.468	2%	86%
Material Elétrico e de Comunicações	1.218	7%	1.502	1%	81,1%	4.773	6%	31.163	4%	15%	17.088	8%	84.171	4%	20%
Material de Transporte	3.232	19%	2.447	2%	132,1%	20.590	25%	46.850	7%	44%	37.189	17%	163.185	8%	23%
Química e Farmacêutica	3.809	22%	9.196	8%	41,4%	23.424	29%	93.934	13%	25%	54.566	25%	259.459	13%	21%
Transformação de Minerais não Metálicos	542	3%	4.835	4%	11,2%	1.826	2%	33.701	5%	5%	4.078	2%	88.751	4%	5%
Papel e Cartolina	226	1%	2.132	2%	10,6%	1.134	1%	20.427	3%	6%	4.821	2%	62.135	3%	8%
Borracha	22	0%	1.722	2%	1,3%	972	1%	13.890	2%	7%	6.796	3%	39.573	2%	17%
Madeira	37	0%	3.634	3%	1,0%	180	0%	17.934	3%	1%	352	0%	51.106	3%	1%
Têxtil	1.319	8%	20.026	18%	6,6%	578	1%	98.941	14%	1%	1.702	1%	269.738	13%	1%
Vestuário, Calçado, etc.	7	0%	7.649	7%	0,1%	3	0%	26.177	4%	0%	11	0%	68.114	3%	0%
Produtos Alimentícios	1.362	8%	34.302	32%	4,0%	4.002	5%	159.068	23%	3%	9.301	4%	411.669	20%	2%
Bebidas	82	0%	3.348	3%	2,4%	485	1%	18.083	3%	3%	1.366	1%	51.345	3%	3%
Fumo	6	0%	1.475	1%	0,4%	18	0%	9.270	1%	0%	6	0%			
Editoria e Gráfica	69	0%	3.031	3%	2,3%	501	1%	16.363	2%	3%	1.377	1%	148.404	7%	1%
Mobiliário	6	0%	1.781	2%	0,3%	2	0%	13.553	2%	0%	5	0%			
Couro e Peles	50	0%	1.630	2%	3,1%	69	0%	8.876	1%	1%	57	0%			
<b>TOTAL</b>	<b>17.353</b>		<b>108.566</b>			<b>81.274</b>		<b>702.784</b>			<b>215.690</b>		<b>2.012.148</b>		

Fonte: Anuários de Produção Industrial e do Comércio Exterior, revista Desenvolvimentos e conjuntura. (apud Tavares, 1983).

Em comparação com outros países da América Latina, o Brasil teve maior êxito no processo de substituição das importações, apesar desses países terem um coeficiente de importações maior que o do Brasil. A autora destaca duas condicionantes que, segundo ela, são fundamentais para que o Brasil tivesse essa vantagem:

"A primeira, que o volume de importações represente uma reserva de mercado suficiente para justificar a implantação de uma série de indústrias substitutivas. A segunda, que o sistema econômico já possua um grau de diversificação da sua capacidade produtiva capaz de dar uma resposta adequada ao impulso surgido do estrangulamento externo". (Tavares, *idem*, p. 98).

Ou seja, "o estímulo ao setor industrial resultante de uma compressão do coeficiente de importações decorre muito menos do peso relativo do setor externo do que das dimensões absolutas do mercado interno e da sua composição, bem como das possibilidades de reagir frente ao mesmo". (*idem*, p. 98).

No período essa limitação, segundo Bresser Pereira (1985: 53), deve-se a fatores diversos. Na década de 1930, a causa básica foi crise, que ocasionou queda das exportações do Brasil e a deterioração dos termos de troca, provocada pela queda no preço internacional do café. A Segunda Guerra Mundial foi outro fator que diminuiu a capacidade de importar do Brasil. E, no pós-guerra, o autor diz que foi a incapacidade de aumentar as exportações brasileiras que limitava a capacidade de importação.

Ao longo do processo de industrialização, surgiu um grupo de homens com espírito empresarial, com capacidade de inovação, com possibilidade de comandar o processo de investimento e disposição para arriscar. (Pereira, *idem*, p. 54).

Segundo Pereira (1985: 54), os empresários brasileiros eram em sua maioria imigrantes (50%), ou filhos e netos de imigrantes. Pelas pesquisas realizadas por este autor, apenas 16% dos empresários tinham origem em famílias brasileiras. Eram também, em sua grande maioria, originários da classe média.

Talvez por considerar a presença do Estado como um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento, o autor não tenha incluído o Estado como empresário o que de nossa parte, julgamos necessário, já que nesse período, como veremos adiante, a participação do Estado na economia brasileira aumentou consideravelmente.

### 3.2.5 A Estatização e os Anos de Crise.

O autor apresenta dados sobre a participação do setor público no dispêndio total, que em 1947 era de 17,1%, passando para 25,9% em 1960. Esse aumento na participação do governo se dá através do aumento dos investimentos, que em 1956 era de 28,2%, passando para 48,3% em 1960 e chegando a 60% em 1964. (idem, p. 55-56).

Vemos assim, que além das políticas planejamento, cabia ao governo a execução dessas políticas "através de grandes investimentos na indústria de base, nos transportes, na energia, no desenvolvimento regional, na exploração de recursos naturais e na educação". (idem, p. 57).

Depois de um período de expansão industrial (1945-1961), em que a indústria manufatureira teve um crescimento médio 9,4% ao ano, o Brasil entra num período de crise. No primeiro semestre de 1964, a produção caiu 6,4%, recuperando-se no semestre seguinte em 6%. Porém, essa recuperação não se sustenta. (Pereira, 1985: 122-123).

Segundo este autor, essa desaceleração na indústria pode ser explicada pelo racionamento de energia, nos meses de abril e maio de 1964, e pela crise política pela qual passou o Brasil naquela época. (idem, p. 123).

A partir de 1965, segundo o autor, o Brasil pela primeira vez na história passou a ter um problema sério, o de desemprego industrial. Isso fez com que uma parcela da população que participava do mercado como consumidora, reduzisse drasticamente seus gastos. Os empresários por sua vez, foram obrigados a reduzir os investimentos, o que tornou a crise mais aguda ainda. (idem, p. 124-25).

Portanto, o Brasil passou por um período de forte redução da atividade econômica, sobretudo, industrial. Mas, a partir da segunda metade de 1965, inicia-se um processo de recuperação da atividade econômica, que não atingiu a plenitude e fez com que o país, de uma fase de crise aguda voltasse ao estado de crise crônica, que vinha se caracterizando desde 1962. (idem, p. 125).

#### 4 A Recuperação Econômica, “O Milagre Brasileiro”.

O Brasil só se recupera da crise a partir de 1967. Segundo o autor, as causas fundamentais dessa recuperação, estão relacionadas com o aumento do poder de compra da classe média, sobre tudo, na compra de automóveis. Nessa expansão o aumento do poder de compra da classe média deve-se ao aumento da concentração da renda, que na fase de expansão anterior, ocorreu na burguesia. E, ao desenvolvimento sistema de crédito direto ao consumidor, possibilitado pela instituição da correção monetária. (idem, p. 181).

Essa concentração da renda, segundo o autor, garantiu a manutenção do mercado em níveis elevados para as indústrias dinâmicas, principalmente a automobilística, que em 1969 registrou um aumento na produção na ordem de 5,6%. Aliado a essa concentração da renda, o governo utiliza outro mecanismo para permitir o crescimento da renda, sem redistribuí-la constantemente. Esse outro mecanismo foi a estimulação das exportações de produtos manufaturados. Assim, os investimentos puderam ser realizados, sem que, em última análise, fosse aumentado o consumo interno, pois os produtos finais destes investimentos foram exportados. E, as importações resultantes, “se concentraram nas matérias-primas e equipamentos destinados a elevar a produção exportável”. (idem, p. 202).

Destaca-se também, a política industrial do governo, que no período 1968-73 “consistia na concessão bastante indiscriminada de incentivos, na medida em que a CDI (Comissão e depois Conselho de Desenvolvimento Industrial) aprovava a maioria dos projetos submetidos”. (Lago *et alli*, 1990, p. 242).

Lago *et alli*, (1990, p. 244), mostra que os investimentos das principais empresas estatais entre 1966-75, se concentram em dois setores: energia elétrica, que entre 1966-69 recebeu 55% dos investimentos, e entre 1970-75 recebeu 43%. E, o setor de petróleo e petroquímica, que nos mesmos períodos recebeu respectivamente 19% e 21%.

Vê-se assim, o papel das estatais na era do “milagre” não foi desprezível, e como destaca esse autor, “o investimento das estatais teria crescido a uma taxa de quase 20% ao ano entre 1967-73”. (idem, p. 244).



O auge do período do “milagre econômico” brasileiro é 1973, quando a participação da indústria no PIB chega a 17%<sup>5</sup> do PIB, que nesse ano teve uma variação de 13,94%<sup>6</sup>, sobre 1972.

#### 4.1 O Fim do “Milagre” e a Financeirização da Economia.

Como vimos, o ano de 1973 representou o auge do ciclo desenvolvimentista dos anos anteriores, os anos do “milagre” econômico brasileiro.

Porém, a partir de 1974, esse ciclo desenvolvimentista entra em declínio, pois, segundo Tavares *et alli* (1982, p. 148), “A aceleração da produção de bens de consumo duráveis foi de tal ordem, que os estoques de bens à disposição dos consumidores mais do que quadruplicaram num período de seis anos, não se podendo, portanto, esperar que sua demanda se mantenha estável”. Vale lembrar, que estes bens, somados aos bens de capital, comandaram o crescimento industrial do período do “milagre”.

Essa redução, ou melhor, o não acompanhamento do crescimento da demanda por bens duráveis, em relação à oferta, está relacionado com a crise do petróleo do final do ano de 1973, já que este insumo era a base da indústria automobilística e era quase totalmente importado pelo Brasil.

Já a indústria de bens de capital, que ainda não estava operando com sua capacidade máxima em 1973, foi amplamente beneficiada por subsídios e pelas encomendas governamentais, através das empresas públicas, encomendas essas para atender grandes projetos do Governo, principalmente na área de energia e transportes. (Tavares *et alli*, 1982, p. 149).

Conforme salientam estes autores,

“Apesar do forte crescimento da taxa de acumulação de capital, garantida em boa parte pelo setor público, a dimensão relativa do setor de bens de capital é insuficiente para que, sozinho, realmente a demanda conjunta de bens de produção e gere uma expansão do emprego capazes de assegurar um ritmo global de crescimento da produção industrial e da

---

<sup>5</sup> Conjuntura Econômica, abril de 2004.

<sup>6</sup> Conjuntura Econômica, abril de 2004.

capacidade produtiva que se mantenham em equilíbrio dinâmico”. (Tavares *et alli*, 1982, p. 150).

As ações do governo para retomar o crescimento econômico, foram em direção à retomada do programa de substituição das importações, para bens de capital, insumos básicos para a indústria e no aumento da produção e da prospecção de petróleo e os principais instrumentos utilizados foram incentivos fiscais, isenção de impostos e crédito subsidiado. (Carneiro, 1992, p. 312).

Tavares *et alli* (1982, p. 150), argumentam que a diminuição nas importações dos bens de capital se deveu mais “às quedas sucessivas nas taxas de investimentos dos setores de material elétrico e de comunicações, têxtil, alimentar, material de transporte e química”, do que às restrições impostas às importações desses bens.

Porém, segundo Carneiro (1992, p. 312), o governo superestimou a demanda por bens de capital. Nas palavras do próprio autor, talvez esteja a explicação para a superestimação:

“Não deixa de ser curioso que o otimismo do governo acerca do tamanho do mercado brasileiro de bens de capital tenha sido ainda agravado pelas estimativas do setor privado. Os investidores privados eram, além dos clientes tradicionais do BNDE, tipicamente empresas estrangeiras que queriam transferir parte de sua capacidade produtiva para o país, em muitos casos por meio de pressões para a autorização de funcionamento, concessão de benefícios e contra pareceres técnicos que apontavam para a saturação inevitável em alguns mercados”. (Carneiro, 1992, p. 312).

Como aponta este autor, de um modo geral, o desempenho das ações do governo pode ser medido pela redução na pauta de importações desses bens, que em 1972 respondiam por 25,6% das importações e em 1982, por apenas 9%. (Carneiro, *idem*, p. 313).

As conseqüências para os cofres públicos desses “estímulos fiscais, creditícios e cambiais”, não foram, porém, tão benéficas quanto foi a redução das importações para a Balança Comercial. Aquelas resultaram na queda da arrecadação tributária do governo, elevando assim o endividamento do setor público. “Tal deterioração, que resultou de uma fadiga progressiva dos instrumentos de ação do governo sobre a economia brasileira, está na base dos conflitos distributivos e da aceleração inflacionária dos anos 80”. (*idem*, p. 313).

Um novo choque do petróleo em 1979, e a elevação das taxas de juros internacionais no início dos anos 80 tornaram mais custoso e mais prolongado o processo de ajuste da oferta interna iniciado na segunda metade da década de 1970. (Carneiro e Modiano, 1992: 323).

No parágrafo que segue estes autores resumem bem a situação do Brasil e do setor industrial:

“A economia brasileira passava por uma recessão profunda, que culminou com uma queda de cerca de 10% no produto industrial em 1981, liderada pelas retrações de 26,3% e 19% nos segmentos de bens de consumo duráveis e de bens de capital respectivamente. Um declínio do PIB real foi observado pela primeira vez no pós-guerra. A funcionalidade da recessão era questionada mesmo pelas forças conservadoras, pois o capital estrangeiro tornava-se mais escasso para o país, como indicou o aumento modesto nas reservas internacionais registrado no final do ano” (idem, p. 327).

Assim, o Brasil recorre ao FMI em 1982, que por sua vez passa a coordenar as políticas macroeconômicas. Como consequência da reorientação das políticas governamentais e da reação à crise mundial do início dos anos 80, os investimentos privados e governamentais no setor industrial ficaram seriamente prejudicados, em razão do “comportamento defensivo dos dirigentes das economias centrais pelo declínio da capacidade de importar de alguns novos consumidores de manufaturas brasileiras”. (Carneiro *et alli*, idem, p. 328).

Sobre a política econômica, esta foi baseada no “controle dos gastos governamentais e no aumento da arrecadação, na contenção salarial, no aumento das taxas de juros internas e na contração da liquidez, sem abrir mão do tratamento especial dado às atividades de exportação, energia e agricultura e às pequenas empresas”. (idem, p. 325).

O controle dos gastos governamentais ocorreu da seguinte maneira: “(i) limitação do crescimento nominal dos investimentos das empresas estatais em 66%; (ii) centralização da administração dos recursos orçamentários dos órgãos da administração direta nas mãos do Tesouro; e (iii) o controle semanal do saldo das contas dos diferentes órgãos governamentais pela comissão de Programação Financeira do Ministério da Fazenda” (idem, p. 325).

Outro indicador da redução do investimento governamental na indústria, foram os “cortes significativos nas despesas de capital das empresas estatais, o que contribuiu para que a taxa de investimento da economia despencasse do patamar de 20% do PIB vigente em 1982 para 14,7% do PIB em 1983”. (idem, p. 335).

O aumento da arrecadação governamental deu-se através da elevação da carga tributária, com o artifício da correção da tabela do imposto de renda num percentual abaixo da inflação, e elevação do IOF (imposto sobre operação financeira) nas operações de câmbio para a importação. Porém, foi reativado o crédito-prêmio para a exportação de manufaturas. (idem, p. 326).

Referente à agricultura e às pequenas e médias empresas, houve uma elevação do compulsório bancário para fornecimento de crédito rural e capital de giro para as empresas. (idem, p. 326).

O acordo com o FMI impôs ao Brasil metas para um superávit na balança comercial, metas para a taxa de inflação interna, metas para o controle do gasto governamental, etc., todas com vistas no equilíbrio das contas externas do Brasil. Todas as metas foram praticamente atingidas no final de 1983, graças a uma combinação de fatores, tais como a recessão interna, a queda no salário real, a desvalorização cambial, as quedas no preço internacional do petróleo e da taxa de juros, e a recuperação da economia norte-americana. (idem, p. 332).

Estes autores salientam, porém, que a meta do superávit na balança comercial foi atingida mais graças à redução nas importações do que ao estímulo às exportações, e que essa redução das importações deu-se graças a uma maior produção interna do petróleo e graças à substituição da gasolina e do óleo combustível.<sup>8</sup>

O setor industrial no ano de 1983 experimenta a maior recessão da história, pois, baseados nos dados do IBGE, o PIB de 1983 foi 5,2% menor que o de 1982. A taxa de desemprego na indústria foi de 7,5%<sup>9</sup>; no setor de bens de capital a recessão foi de 19%, de 1981 a 1983, foi de 55%(confuso); nos bens de consumo não-duráveis, a queda foi de 5%; nos bens de consumo duráveis, a queda foi de 1%; e nos bens intermediários, a queda em relação a 1982 foi de 2,5%. (idem, p. 336).

De um modo geral, “a recessão de 1983 atingiu fortemente a maioria dos setores dinâmicos, tais como: minerais não-metálicos, mecânica, metalurgia e química. E também os menos dinâmicos: têxtil, produtos alimentares, vestuário e bebidas”. (idem, p. 336).

---

<sup>8</sup> Estes combustíveis foram substituídos pelo álcool combustível, que em 1982 recebeu mais incentivos do governo federal. Esses incentivos foram tanto para a produção de carros a álcool mais baratos, quanto à produção de combustível a níveis de preços bem inferiores aos da gasolina. Ver Proálcool em SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. 5. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2000.

Alguns fatores deram uma sobrevida à economia brasileira a partir de 1984, como por exemplo, a melhora da economia norte-americana, que elevou as importações dos países latino-americanos – aumento de 40% nas importações de aço do Brasil – e os reajustes salariais dos trabalhadores na indústria. (idem, p. 337-8).

Estes autores mostram que a produção industrial no ano de 1984 cresceu 7% em relação ao ano anterior. No que tange a indústria de transformação, a expansão foi da ordem de 6,1%, impulsionada pelas exportações e pela venda de insumos ao setor agrícola. Essa recuperação foi “liderada pelas indústrias mecânica (18,6%), metalúrgica (13,8%), e química (9,6%)”. (idem, p. 338).

Porém, no final de 1984, a inflação dá sinais de aceleração, “em primeiro lugar porque circulavam estimativas pessimistas quando às safras de alimentos para o ano seguinte. Em segundo lugar, porque a maior demanda facilitava a remarcação dos bens duráveis de consumo, permitindo a recuperação das margens de lucro nos setores mais duramente atingidos pela recessão. Finalmente, temos efeitos sobre os custos industriais dos reajustes salariais maiores e mais freqüentes”. (idem, p. 339).

Se considerarmos o período 1981-90 como um todo, verifica-se um quadro de estagnação do PIB, que em 1990 volta o nível de 1979. (Suzigam, p. 93).

Já a indústria de transformação como um todo, segundo este autor, apresenta uma retração na produção de 6,4% para o período 1981-90, pressionada pelos resultados negativos dos bens de capital (retração de 26%), e bens de consumo duráveis, que em 1990 apresentava índices abaixo do ano de 1980. (idem, p. 93).

Nesse período, o resultado da indústria de transformação só não foi pior, porque a indústria de bens intermediários cresceu 3,9%, impulsionada pela exportação, principalmente de papel e celulose, química-petroquímica, produtos de borracha e metalúrgica e também porque a indústria de bens de consumo não duráveis cresceu 10,5%, impulsionada pela demanda interna. (idem, p. 93).

A solução para indústria no período foi a orientação de uma parcela crescente da produção para o mercado externo. Assim, com o fim dos investimentos do II PND e com os incentivos-subsídios, compressão dos salários e desvalorizações cambiais, a saída foi o mercado

---

<sup>9</sup> Média anual do pessoal ligado à produção.

internacional para a crise do mercado interno. “Essa expansão das exportações foi fortemente concentrada em segmentos dos complexos metalmeccânico, químico-petroquímico e papel/celulose”. (idem, p. 95).

Os problemas apontados pelo autor para a década em relação à indústria, foram o da perda de dinamismo em função da retração do mercado interno, redução dos níveis de investimento e o reduzido esforço de incorporação tecnológica. (idem, p. 108).

#### 4.2 Período pós-abertura econômica.

Segundo Bleischowsky *et al*, (2002), a década de 1990 é marcada por três momentos distintos no comportamento do investimento. Primeiramente, houve uma contração no nível de atividade em níveis mais reduzidos, pelo menos desde 1970. Em segundo lugar está a recuperação no quadriênio 1994-98, para um patamar de 3,1% do PIB. E, o terceiro corresponde a uma oscilação em torno de um novo patamar, 3% do PIB até 2000, como mostra o quadro abaixo:

**Quadro 4: Investimento na indústria de transformação (1971-2000)**  
(% do PIB, a preços constantes de 1980).

Período	1971-1980	1981-1990	1991-1994	1995-1996	1997-1998	1999	2000
Indústria de transformação	6,85	4,13	2,46	2,65	3,07	2,95	3,25

Fonte: Bleischowsky *et al*, 2002, p. 33.

A contração do nível da produção pode ser entendida como reflexo da liberalização e da abertura comercial dos anos 90, que resultou numa vulnerabilização do setor industrial brasileiro. "Dentre as novas regras do jogo introduzidas para a eliminação do Estado no setor" destacam-se as privatizações, "a eliminação de restrições à propriedade industrial, a introdução de novas regras de liberalização do investimento estrangeiro e a eliminação de controle de preços e dos subsídios e incentivos fiscais concedidos no passado pelo governo". O autor destaca que, como elemento importante de proteção da indústria, restou apenas as tarifas

alfandegárias elevadas para alguns segmentos entre os quais o automotriz e os produtos eletrônicos,. (Blenschowsky *et alli*, 2002: 35).

As empresas foram obrigadas a passar por uma reestruturação produtiva e administrativa para se adaptarem a essa abertura comercial. Sobre a reestruturação produtiva, o autor argumenta que as empresas "passaram a concentrar suas atividades naquilo em que se mostravam mais eficientes e lucrativas". (idem, p. 35).

Segundo este autor, a focalização nas atividades mais lucrativas levou as empresas a três processos complementares: a desverticalização, especialização e terceirização. E o somatório desses processos, segundo o mesmo autor, nada mais foi do que o "abandono de partes de plantas produtivas e às vezes de plantas inteiras". (idem, p. 35).

Essa desverticalização, ou seja, "maiores compras de insumos e menor agregação de valor, conduziu a mais compras tanto no mercado interno como no externo", sendo que as importações foram facilitadas pela redução de algumas tarifas alfandegárias e pela valorização cambial. Sobre o processo de especialização, o autor comenta que se tratou do abandono de linhas de produção, e mesmo plantas produtivas inteiras nos casos em que as empresas não suportaram a competição com outras empresas localizadas no Brasil e mesmo fora do Brasil. (idem, p. 36). Já o processo de terceirização, que nada mais é do que a contratação de outras empresas para a execução dos serviços que antes eram realizados dentro das empresas, o autor diz que esse processo se difundiu velozmente pela economia, e que teve como objetivo a redução de custos. (idem, p. 36).

No que diz respeito à reestruturação administrativa, o autor destaca as mudanças gerenciais, com a introdução de técnicas "modernas" de gestão, como o *just-in-time*, ISO 9000, TQC, etc., que segundo ele, auxiliaram as empresas a alcançar "considerável racionalização dos custos, com o uso mais eficiente de insumos e redução dos desperdícios, além do controle da qualidade". (idem, p. 36).

O segundo momento da década a que o autor se refere, é o período pós-Real (1995-1997), que ele caracteriza como um "miniciclo de modernizações", que indica a reposição de equipamentos, a desobstrução de gargalos e a eliminação de desperdícios, ou, utilizando as palavras do autor, "modernização redutora de custos". Esse miniciclo ocorreu devido à obsolescência do parque produtivo previamente instalado, que passou por uma intensa racionalização, sobretudo através da reposição de equipamentos, estimulada pela queda

acentuada nos preços dos equipamentos em virtude da abertura e da valorização cambial. (idem, p. 37).

O autor verificou que os setores mais dinâmicos no período 1998-1997 foram os setores produtores de bens de consumo e o setor de siderurgia, e como motivos desse dinamismo são citadas a proteção tarifária, incentivos fiscais, redução no custo de transporte e proteção por patentes. (idem, p. 39).

Já os menos dinâmicos, segundo o autor, seriam os setores que não desfrutavam de tais proteções, a saber, os bens intermediários, bens de capital, setor de autopeças e o complexo têxtil. (idem, p. 39).

Após 1998, o autor mostra, com os dados da figura 1, que os investimentos fixos das empresas industriais, se encontram em torno de 3% do PIB, superior aos 2,3% do início dos anos 1990, porém, inferior aos 6,9% e 4,2% dos anos 1970 e 1980, respectivamente. (idem, p. 41).

Apesar da melhora em relação ao início da década, o autor diz que "a ausência de um ambiente macroeconômico e institucional mais favorável ao investimento parece impedir o ingresso em um ciclo robusto de investimentos em expansão", além de problemas de infraestrutura, como a crise energética de 2001. (idem, p. 43).

O autor comenta uma pesquisa realizada pela CNI (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA)/Cepal, que identifica quatro tendências relevantes do investimento na indústria, a saber: a realocação espacial, insuficiência de financiamentos para pequenas e médias empresas, o aumento nos gastos em tecnologia e o aumento do coeficiente de exportação. Apresentamos abaixo os pontos principais de cada tendência, segundo o autor. (idem, p. 43).

A pesquisa CNI/Cepal, mostra uma diversificação espacial nos investimentos industriais, incentivada principalmente, pelos benefícios estaduais, pelo custo da mão-de-obra e pela proximidade ao mercado consumidor. Lembremos a "guerra" fiscal entre a Bahia e o Rio Grande do Sul pela instalação da Ford.

A pesquisa também mostrou que 70% dos investimentos foram feitos com recursos próprios das empresas, o que, segundo o autor, caracteriza a reduzida participação de terceiros no financiamento das empresas, principalmente nas pequenas.



Foi identificada pela pesquisa uma intenção das empresas em aumentar os gastos em tecnologia, sobretudo no que diz respeito à pesquisa e desenvolvimento e à capacitação de pessoal.

Apesar da pesquisa confirmar o mercado interno como a grande alavanca do investimento, as empresas esperam que os novos investimentos aumentem de forma considerável o coeficiente de exportação.

Na figura a abaixo, podemos perceber a evolução dos investimentos ocorridos na década de 1990:

**Quadro 5: Evolução dos investimentos nas empresas industriais desde a abertura**

	Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis		
	Motivo - eficiência operacional	Motivo - renovação de produtos e mercado	Motivo - expansão
1990-1994 (pré-real)	Intensa reorientação da planta produtiva (especialização, descerticalização, no <i>layout</i> ), gastos em gestão de custos e qualidade, etc.	Muito reduzido	Praticamente inexistente.
1995-1997	Expansão de projetos de elevação na eficiência técnica e administrativa: gastos em capacitação de mão-de-obra e em gestão de qualidade, "miniciclo de modernização" (intensos investimentos fixos em reposição/redução de custos e controle de qualidade).	Adequação/diferenciação de produtos: aumento dos gastos com licenciamento, engenharia de produtos, <i>design</i> , marketing, serviços pós-venda, etc. (baixo P&D).	Investimentos fixos em expansão limitados a alguns setores.
1998-2001	Motivo "eficiência" transformada em rotina das empresas (reposição de equipamentos normalizada).	Continuidade do período anterior, provável intensificação de propensão à renovação de produtos.	Retração em 1999, alguma recuperação em 2000, mas expansão contida em 2001 pela crise energética e pelo quadro macroeconômico.

Fonte: Bleischowsky *et alli*, 2002, p. 49.

Em suma, a década de 1990, apesar da recuperação dos investimentos, é marcada pela baixa propensão a investir. Sendo que os investimentos ocorridos, na sua maioria, concentraram-se na eficiência operacional, com pouca realização de investimentos fixos.

Assim, o autor considera o miniciclo ocorrido a partir da segunda metade da década de 1990 como uma etapa relativamente fácil, pois como mostramos acima, correspondeu a uma modernização sobre um parque produtivo que acabava de passar por intensa racionalização e a uma reestruturação administrativa. Já a etapa "difícil", a que se caracteriza por investimentos contínuos em expansão e em novos produtos, segundo ele, até 2002 não havia ocorrido. (Blelschowsky *et alli*, 2002).

## **5 A Indústria Brasileira no CSA Norte-Americano.**

Viu-se até agora como se desenvolveu a indústria brasileira, seus avanços e retrocessos, os períodos de prosperidade e os períodos de crise. Porém, só isto não basta para fazermos uma análise da indústria brasileira, pois como sabemos, o Brasil não é uma economia isolada, independente, nem mesmo soberana. A economia brasileira, mais especificamente, a indústria brasileira, está inserida num processo de acumulação em escala global.

Assim, como propõe Vieira (2004), podemos fazer uma análise inversa do processo de industrialização brasileira, analisando-a como uma industrialização reflexa que aproveita a "onda" de industrialização iniciada na Inglaterra no século XVIII - a "Revolução Industrial" - e que nos movimentos da economia mundial, acaba por espalhar-se pelo mundo todo. Podemos fazê-lo, utilizando as abordagens de Wallerstein (1996), sobre a existência de um sistema-mundo que se desenvolve na Europa a partir do século XV, de Braudel (1992), que mostra o capitalismo no "andar" superior da economia, acima do mercado e da economia de subsistência, e também, utilizando-se da análise de Arrighi (1996), que propõe a abordagem dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA).

Nos termos de Arrighi (1996), que inspirado por Braudel<sup>10</sup>, periodizou o desenvolvimento do capitalismo histórico em termos de quatro ciclos sistêmicos de acumulação, a "revolução industrial" brasileira (1930) ocorre na fase DM do Ciclo Norte-Americano. Esta fase se estendeu até início dos anos 70, seguindo-se a fase de Expansão Financeira, que ainda perdura.

### **5.1 A Indústria Brasileira no Período da Expansão Financeira do CSA Britânico (1870-1930).**

Na análise dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, Arrighi (1996) mostra, inserido no CSA britânico a necessidade que a Inglaterra tinha de expandir seu mercado além-mar, pois os

---

<sup>10</sup> "... nossa idéia de ciclos sistêmicos de acumulação derivou da observação de Braudel de que a maturidade de todos os grandes desenvolvimentos da economia capitalista mundial é anunciada por uma guinada do comércio de mercadorias para o comércio de moedas". (Arrighi, 1996, p. 111).

“decretos de Berlim e Milão, em 1806-7, fecharam grande parte da Europa para às exportações britânicas”. Mas como ressalta o autor, “o prejuízo pôde ser compensado por uma penetração mais bem-planejada nos mercados latino-americanos”. (idem, p. 269).

Se fizermos um paralelo com o Brasil, nessa época, ocorreu a abertura dos portos brasileiros e em seguida, os tratados com a Inglaterra, que segundo Furtado (2000), “constituíram, em toda a primeira metade do século XIX, uma séria limitação à autonomia do governo brasileiro no setor econômico”. (Furtado, 2000, p. 99).

Como o leitor observou no capítulo 3 deste estudo, Suzigan (2000, p.82), corrobora com a afirmação acima dizendo que os investimentos na produção industrial eram praticamente nulos, devido aos acordos comerciais com a Inglaterra.

Mesmo durante as Guerras Napoleônicas (1780-1815), a expansão industrial britânica continuou, “e quanto maior o sucesso dessa expansão, maior e mais regular era a massa de capital excedente oriunda do exterior - sob a forma de juros, lucros, impostos e remessas”. (Arrighi, 1996, p. 266).

O autor também mostra que o aspecto central dessa expansão industrial durante as Guerras foi a “criação de uma indústria de bens de capital e que antes disso, essa indústria era pouco autônoma - em relação aos ramos da indústria que utilizavam seus produtos - na Inglaterra e em qualquer outro lugar do mundo”. (idem, p. 267). Além disso, essa “indústria de bens de capital, ultrapassa em muito as dimensões que o comércio interno poderia absorver em condições normais” e, à medida que os gastos com as guerras começaram a se estabilizar e, em seguida, a se contrair, essa indústria só pôde preservar sus dimensões e a sua especialização adquirindo, ela mesma, **um âmbito global**.(Arrighi, 1996, p. 267-9, grifos nossos).

Durante esse período - das Guerras Napoleônicas - Furtado (2000), identifica na economia brasileira um grande fluxo de ouro para a Inglaterra como pagamento das importações. “Segundo fontes inglesas, as entradas de ouro brasileiro em Londres chegaram a alcançar, em certa época, cinquenta mil libras por semana, permitindo uma substancial acumulação de reservas metálicas, sem as quais a Grã-Bretanha dificilmente poderia haver atravessado as guerras napoleônicas”. (idem, p. 88).

Vê-se assim, que Furtado (2000), apesar de considerar o papel que o comércio com a Inglaterra no século XIX teve para o desenvolvimento econômico brasileiro, não faz referências ao movimento da economia mundial, nem destaca como esse movimento afetou a

economia brasileira, pois como mencionado acima, a América Latina foi a saída para que o comércio internacional britânico continuasse a se expandir, mesmo após o fechamento da Europa às exportações britânicas, através dos decretos de Milão e Berlim.

Em outra evidência do movimento da economia-mundo, Arrighi afirma que "(...) a exportação de produtos semi-acabados britânicos, como os fios, aliada às rachaduras cada vez mais largas no muro de proibições erguido pelo governo britânico para impedir a saída de técnicos e equipamentos, contribuiu para os esforços de substituição de importações dos governos e empresas europeus e americanos". (idem, p. 270). Aqui o leitor deve observar que substituição de importações foi empreendida em diferentes regiões da economia-mundo, podendo ser interpretada como mais uma manifestação do funcionamento desta.

Ainda em relação ao "século britânico", Arrighi (1996, p. 270), diz que seria "difícil imaginar como o grande salto à frente na mecanização da indústria têxtil britânica pôde ter ocorrido numa época de estagnação da demanda interna e externa, não fosse a conquista do mercado indiano e a conseqüente destruição da indústria têxtil da Índia".

Em 1853, Marx (apud Arrighi, idem, p. 271), observou que "quanto mais o interesse industrial britânico tornou-se dependente do mercado indiano, mais ele sentiu a necessidade de criar novas forças produtivas na Índia, depois de haver destruído a indústria nativa". Entre estas forças produtivas pode-se destacar "as ferrovias, os barcos a vapor e a abertura do Canal de Suez, em 1869, [que] transformaram a Índia numa grande fonte de alimentos e matérias-primas baratos para a Europa".

O Brasil, e a América Latina como um todo, se inserem como participantes complementares nessa "onda" de industrialização britânica, fornecendo como a Índia, produtos alimentares e primários, como por exemplo, no caso do Brasil, o café, o fumo, a borracha, até mesmo o cacau e o açúcar. Deve ser recordado que estes produtos ou são matérias primas ou fazem parte da cesta de consumo seja dos trabalhadores seja das outras classes. De uma ou outra maneira se inserem na cadeia mercantil da indústria britânica.

A esse respeito, argumenta Furtado (2000), que o café tornou-se o primeiro produto na pauta de exportações brasileiras a partir da década de 1850, representando mais de 40% desta. Sobre os demais produtos citados, o autor argumenta que apesar da queda das exportações destes, ainda houve uma recuperação, no caso do Algodão, quando a Guerra da Secessão nos Estados Unidos (1861-1865) interrompeu as remessas do algodão norte-americano para a

Inglaterra. Já o fumo, a partir da segunda metade do século XIX, encontrou um mercado crescente na Europa, pois, conforme os dados apresentados pelo autor, a quantidade exportada aumentou 361% entre as décadas de 1840 e 1890 e os preços médios subiram 41%. No caso da borracha, o autor destaca o aumento na participação do produto na pauta de exportação, que passa de 0,40% na década de 1840, para 15% na década de 1890. (idem, p. 118-52).

A intensificação da industrialização no século XIX trouxe consigo alguns problemas, tais como, a intensificação da competitividade entre as empresas. Além do mais, esse mercado competitivo, não gerava, as "harmonias de Frédéric Bastiat nem os equilíbrios de Jean-Baptiste Say", nem os "altos níveis de emprego de mão-de-obra e dos recursos, mas sim desorganização do mercado, 'desperdícios da concorrência', fracassos empresariais, depressões reiteradas, greves de trabalhadores e de patrões, agitação social e sublevação política". (Sklar, 1998, p. 53-54 apud Arrighi, 1996, p. 295).

Nesse período de transição da economia-mundo, acontecia no Brasil um surto expansionista, que como observado no capítulo anterior, foi considerado por Suzigan (2000) como o mais longo período de expansão do investimento na indústria de transformação, destacando-se a construção de estradas de ferro, a indústria metal mecânica (peças para vagões), tecidos de algodão, borracha e as primeiras usinas de ferro-gusa.

## **5.2 A Indústria Brasileira na Fase de Expansão Material do CSA Norte-Americano.**

Segundo Arrighi, (1996), a industrialização mundial do século XX, tem suas origens no "keynesianismo militar global do governo norte-americano", que se utiliza da "expansão transnacional do capital das corporações norte-americanas como um meio crucial e um efeito extremamente importante da busca de poder mundial do governo dos Estados Unidos", ou pode-se dizer, apoiado em (Gilpin, 1975, p.140, apud Arrighi, idem, p. 316), que a tríade, "posição internacional do dólar, a supremacia nuclear e a empresa multinacional", sustentam a hegemonia norte-americana. Primeiramente se expande pela Europa, já que lá havia a necessidade de reconstruir o continente após as duas Grandes Guerras. Logo em seguida é a

vez do Japão, e um pouco mais tarde, a América Latina como um todo e as demais regiões do Globo.

Para acumular capital, a empresa norte-americana precisou se reestruturar. Assim, para entendermos como a empresa norte-americana se reestruturou e se tornou a grande corporação do século XX, faremos um breve resumo, baseado na obra de Giovanni Arrighi "O Longo Século XX", (1996).

Com o objetivo de deter a luta interempresarial, resultante da competitividade do regime de acumulação do livre mercado, e "emancipar as empresas das incertezas do mercado", surgem nos Estado Unidos os conglomerados verticalmente integrados e na Alemanha, os conglomerados horizontalmente integrados. (Arrighi, 1996: 295-6).

A vantagem da variante norte-americana, do capitalismo de corporações, sobre a variante alemã, está no que Arrighi (idem, p. 296), qualifica como suspensão e superação do mercado. Segundo ele, a variante norte-americana supera o capitalismo de mercado britânico, enquanto a variante alemã, apenas suspende o capitalismo de mercado britânico.

O autor diz que o "mercado está sob controle quando é reduzida ou eliminada a independência de ação daqueles a quem a unidade de planejamento vende ou compra". Já a suspensão do mercado está relacionada com, o que chamamos hoje de contratos futuros, que nada mais são do que a estipulação "dos preços e das quantidades a serem fornecidas e compradas em longos períodos de tempo". E, por fim, o mercado é superado pela integração vertical. "A unidade de planejamento controla a fonte de abastecimento ou o mercado comprador; desse modo, uma transação que está sujeita à barganha de preços e quantidades é substituída por uma transferência dentro da unidade de planejamento". (Galbraith, 1985)

Assim, "em vez do capitalismo de Estado ao estilo alemão, baseado na integração horizontal da empresa alemã", ou da clivagem britânica, a empresa norte-americana acabou por integrar-se verticalmente, pois, dessa maneira, pôde superar as incertezas do mercado mundial e controlar desde a compra dos insumos até a venda dos produtos finais. (Arrighi, 1996).

Segundo o autor, "este tipo de estrutura empresarial - norte-americana - tornou-se a base efetiva de um novo estágio do capitalismo em escala mundial". (idem, p. 302).

Conforme argumenta Arrighi (1996), o grande agente da superação do sistema de mercado britânico, foram as corporações norte-americanas, "dotadas de integração vertical e burocraticamente administradas". (idem, p. 303).

Assim, com o apoio do governo norte-americano, as corporações, após se expandirem internamente, se internacionalizam e se transformam em verdadeiros "cavalos de tróia" nos mercados internos de outros Estados, "mobilizando recursos externos e poder aquisitivo em prol de sua própria expansão burocrática". Nesse sentido, aponta Arrighi, o capital destas corporações beneficiou-se de duas maneiras: "Beneficiou-se através do controle das maiores, mais dinâmicas e mais bem protegidas dentre as economias nacionais em que o mercado mundial estava sendo dividido; e beneficiou-se por ser mais capaz de neutralizar e reverter em benefício próprio o protecionismo de outros estados, mediante investimentos externos diretos". (idem, p. 304).

"O capitalismo de corporações norte-americano era e continuou a ser um poderoso agente, de um lado, da destruição das estruturas de acumulação do capitalismo de mercado britânico e, de outro, da centralização, nos Estados Unidos, da liquidez, poder aquisitivo e capacidade produtiva da economia mundial". (idem, p. 304).

Mas, os autores acima citados não destacam no processo da industrialização brasileira a presença das transnacionais como um "condicionamento externo" tão ou mais importante quanto a interrupção do comércio internacional causado pelas duas guerras mundiais ou pela crise de 1929 muito embora, nenhum deles deixa de fazer referência às restrições externas sofridas pela economia brasileira. Contudo, parece-nos claro que a visão destes está centrada na conjuntura interna e não nas modificações das estruturas econômica do "sistema-mundo".

A importância das multinacionais no processo de industrialização do Brasil e dos demais países latino-americanos e terceiro-mundistas, assim como a importância destas para os países do Primeiro Mundo, pode ser melhor entendida nas palavras Arrighi (1996: 333):

"A expansão e consolidação das atividades das empresas transnacionais norte-americanas e européias ocidentais no Terceiro Mundo criaram laços organizacionais muito efetivos e eficientes entre os insumos primários proveniente do Terceiro Mundo e o poder aquisitivo do Primeiro Mundo. Mas criaram também um poderoso interesse adquirido a mais – interesse das próprias empresas – na preservação da máxima flexibilidade, presente e futura, na utilização dos recursos do Terceiro Mundo em prol das nações do Primeiro".



Essas corporações, (norte-americanas e não norte-americanos), tiveram um papel de destaque na economia brasileira desde o início do século passado, pois segundo Kucinski (1981, p. 66-97), “já existiam no Brasil os moinhos da Bung y Born (Argentina), o grupo Sanbra , os cigarros Souza Cruz (Inglaterra), os fósforos Fiat Lux (Suécia) e os carretéis da linha Corrente (Inglaterra)”.

Este autor registra ainda, após a Primeira Guerra a presença de “vinte subsidiárias de empresas norte-americanas na América Latina, boa parte no Brasil”. (idem, p. 66). E também, segundo ele, “(...) a necessidade de materiais para a Segunda Guerra, por si só estimula a instalação de unidades produtivas no Brasil. O exemplo maior é o da siderúrgica de Volta Redonda, que os americanos concordam em instalar, mesmo como empresa estatal, dentro do esforço da guerra”. (idem, p. 67).

A esse respeito argumenta Moniz Bandeira (1978) que por receio de que se instalasse no Brasil uma siderurgia com capital alemão (Krupp), o governo dos Estados Unidos concede empréstimo da ordem de 20 milhões de dólares em agosto de 1940 para a instalação de uma empresa siderúrgica Estatal.<sup>11</sup>

Logo após a Segunda-Guerra Mundial, a expansão da economia mundial fica prejudicada, pois, segundo Arrighi (1996, p. 305), “nenhuma isenção fiscal, esquema de seguros ou garantia cambial era suficiente para superar a assimetria fundamental entre a coesão e a riqueza do mercado interno norte-americano e a fragmentação e a pobreza dos mercados externos”.

Assim, com a Europa em frangalhos e sob a ameaça das forças revolucionárias de tomar o poder, o governo norte-americano “inventa” a Guerra Fria, e através da imposição do medo e da implantação de uma versão para a Europa do *New Deal* global de Roosevelt (o Plano Marshall), inicia a reconstrução desta e do Japão à imagem norte-americana. (idem, p. 306-7).

O Plano, direta e indiretamente, dá uma contribuição decisiva ao surgimento de uma nova “onda” de expansão do comércio e da produção em escala mundial, que verifica se nas décadas de 1950 e 1960. (Arrighi, idem, p. 306).

---

<sup>11</sup> Ver detalhes em BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil, (Dois séculos de história). 2 ed. Civilização Brasileira, 1978 p. 264 em diante.

Esta "onda" de expansão do comércio e da produção em escala mundial, no decênio posterior à guerra, reflete no Brasil, como vimos no capítulo anterior, na melhoria nas relações de troca (151%), na implantação da indústria de bens de consumo duráveis, e também impulsiona a indústria de bens de capital, indústrias de base, a criação da Petrobrás (1953). Em linhas gerais, há um aumento na participação da indústria manufatureira no PIB, passando de 20% em 1950, para 27,5% em 1960, com um crescimento médio da indústria de 11% entre 1956-61. (Bresser Pereira, 1985).

Porém, este autor vê somente causas internas para a expansão da indústria nacional no período. Apesar de citar os acontecimentos globais no período, ele não considera a "onda" de industrialização que abrange todas as regiões do globo, nem destaca o papel das grandes corporações norte-americanas, que apoiadas pelo e apoiando o governo norte-americano, condicionam o desenvolvimento industrial brasileiro no período.

Nesse sentido, Arrighi (1996) destaca que a ajuda militar do pós-guerra a governos estrangeiros e os gastos militares diretos do governo norte-americano no exterior, "forneceram à economia mundial toda a liquidez de que ela precisava para se expandir".

O período posterior à Segunda Guerra, até os anos setenta, é considerado por Hobsbawm (2000), como "os anos dourados do capitalismo".<sup>12</sup>

Nos "anos dourados"<sup>13</sup> do século XX (1950-1975) inicia-se a segunda etapa da industrialização, guiada pelas ações das corporações multinacionais e empresas Estatais, algumas com participação de capitais estrangeiros.

Nessa "onda" industrializante, destacamos as ações de Juscelino Kubitschek, que em seu governo cria as condições favoráveis para a vinda das empresas estrangeiras ao Brasil, para os investimentos privados nacionais, e para o crescimento dos investimentos governamentais, condições estas, consubstanciadas no famoso Plano de Metas.

---

<sup>12</sup> Ver detalhes em HOBBSAWM, Eric. O Breve Século XX - 1914-1991 - A Era dos Extremos. **Os anos dourados**.

<sup>13</sup> Porém, Arrighi (1996), apesar de considerar esse período como excepcional, segundo padrões históricos, diz não estar claro que esta tenha sido uma época mais "dourada" do que a de 1848-75. Pois, "se tomarmos como medida de comparação o crescimento do PIB, a resposta parecerá afirmativa". Contudo, se considerarmos "indicadores favoráveis à produção, num sentido estrito, e contrários ao comércio", vê-se que ambas as épocas são "douradas". (idem, p. 307-8).

O movimento da indústria mundial em direção à expansão, não significa que as economias nacionais não passem por pequenas crises, como a que atinge o Brasil em 1964, em que a produção industrial sofre uma queda de 6,4%. Porém, vale destacar que nesse período, no caso específico do Brasil, tem-se uma profunda crise política, que vai ser “superada” pelo golpe militar de 31/03/64.

Entre 1968 e 1973, a indústria apresentou taxas de crescimento médio da ordem de 13,3% ao ano, chegando ao máximo em 1973 com 16,6% e o PIB cresceu a uma taxa média de 11,2% ao ano e chegou ao máximo no mesmo ano com 14% (Lago *et alli*, 1992, p. 239).

Assim, como nas outras fases de expansão da indústria nacional, a fase do “milagre brasileiro”, como é denominado este período, está inserida nessa "onda" industrializante, que alcança toda a economia-mundo e que, como veremos, parece estar chegando ao fim.

### **5.3 A Indústria Brasileira na Fase de Expansão Financeira do CSA Norte-Americano.**

Segundo Arrighi (1996), a fase de expansão material (DM) do CSA norte-americano, assemelha-se a todas as outras fases DM dos CSA's anteriores num aspecto fundamental: "seu próprio desdobramento resultou numa grande intensificação das pressões competitivas sobre toda e qualquer organização governamental e empresarial da economia mundial capitalista, e uma conseqüente retirada maciça do capital monetário do comércio e da produção". (idem, p. 308).

Assim, a partir dos anos de 1968-73, como mostrado no capítulo 2, inicia-se o esgotamento do ciclo expansionista industrial - a fase DM do CSA norte-americano - e sua conseqüente substituição por uma fase de expansão financeira - MD. Um dos sinais desta mudança é o aparecimento e o crescimento do mercado de eurodivisas ou eurodólares, que têm uma "alta repentina, seguida por vinte anos de crescimento explosivo". Nesse mesmo período, ocorre o abandono do padrão ouro - vigente por toda a fase da expansão material do século XX - em favor do sistema de taxas de câmbio flutuantes. (idem).

Arrighi observa que o aumento da liquidez mundial, em depósitos que nenhum governo podia controlar, exerce uma forte pressão sobre estes no sentido de manipulação das taxas de

juro e de câmbios "a fim de atrair ou repelir a liquidez mantida nos mercados *offshore*, para compensar a escassez ou os excessos em suas próprias economias internas", e também, observa que "em meados da década de 1970 o volume de transações puramente monetárias realizadas nos mercados monetários *offshore* já ultrapassam em muitas vezes o valor do comércio mundial". (idem, p. 308-9).

Essas mudanças afetaram o Brasil no período do milagre da seguinte maneira: a) nas desvalorizações cambiais, a partir de 1968; b) no aumento do número de empresas estatais, graças ao financiamento externo; c) aumento do endividamento externo, que cresceu à uma taxa anual de 19,3% no período; d) crescimento significativo das reservas cambiais em dólares; e) aumento dos investimentos diretos na economia brasileira. (Lago et alli, 1992: 233-287). Além disso, segundo este autor, "com a expansão da liquidez mundial as empresas estatais recorrem a instituições financeiras internacionais para se financiarem, o que explicaria parte significativa do aumento da dívida externa no período 1967-73". (idem, p. 270). No bojo dos acontecimentos, as remessas de lucros e dividendos, também mostram uma tendência de aumento. "De uma média de US\$ 30 milhões em 1965-66, tais remessas passaram para uma média de US\$ 119 milhões em ter 1967-73 e para US\$ 198 milhões no último ano do período". (idem, p. 282).

Com o exposto acima, podemos dizer mais uma vez, que os autores como Tavares, Suzigan, Furtado, entre outros, não destacam as pressões que o aumento da liquidez mundial exerceu sobre a economia brasileira e citam as medidas adotadas, como as desvalorizações cambiais, por exemplo, como se fossem tomadas por vontade própria do governo brasileiro.

Toda essa agitação na economia mundial, "ocorre no contexto de uma pressão altista igualmente intensa nos preços de compra dos insumos primários, os salários na Europa e na América do Norte e o petróleo. Este último, em dois momentos críticos – 'choques do petróleo' -, um em fins de 1973 e outro em 1979". Arrighi (1996, p. 315).

Com o regime de taxas de câmbios flutuantes, o capital das corporações que antes estava associado às atividades comerciais e industriais, "já estava engajado no comércio e na especulação de divisas". (Arrighi, 1996).

Como se viu no capítulo 2, durante a década de 1970 a liquidez mundial era tamanha que "forçou os membros da confraria de bancos liderada pelos Estados Unidos, que controlava os negócios em eurodivisas, a competir ferozmente entre si para empurrar o dinheiro para os

países considerados dignos de crédito e, a rigor, baixar os padrões pelos quais eram julgados dignos de crédito”. (idem, p. 325). Nesse período, o governo brasileiro implanta o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que é em parte financiado por essa abundância de crédito internacional. Essa abundância de crédito pode, também, explicar o crescente endividamento dos países do Terceiro Mundo durante esta década.

Após o segundo choque do petróleo (1979), o Brasil sente escassear o crédito internacional, pois não conseguia renovar os empréstimos contraídos nos anos anteriores (1970-1979, os anos do I e II PND). Carneiro *et alli* (1992, p. 323), argumentam que “na medida em que a comunidade financeira internacional perdia confiança nos benefícios para as contas externas que adviriam das políticas expansionistas adotadas a partir de 1979 pelo ministro Antônio Delfim Netto, tornava-se mais difícil obter recursos externos novos para cobrir o desequilíbrio do balanço de pagamentos”. É nesse período que se inicia a política monetária contracionista do governo norte-americano com o aumento da taxa de juros.

Na perspectiva adotada neste estudo, poderíamos dizer que havia muito pouco que as autoridades governamentais brasileiras pudessem fazer, pois o que estava acontecendo era uma grande mudança na economia-mundo, desta vez no sentido de retirar as facilidades financeiras da década anterior. Esta mudança é percebida com a alta dos juros no EUA e marca o início da adesão do estado norte-americano ao princípio da moeda forte que era uma exigência da comunidade financeira internacional. Arrighi (1996) diz que “os efeitos devastadores das políticas monetárias restritivas norte-americanas, das altas taxas de juros e da desregulamentação logo colocaram os países do Terceiro Mundo de joelhos”. Esse “endurecimento reduziu drasticamente a demanda de suprimentos oriundos do Terceiro Mundo, o que resultou uma queda real de preços das exportações de produtos do Sul em cerca de 40%, e os preços de petróleo, cerca de 50%, entre 1980-88”. (idem, p. 334-5).

Aqui, os papéis se invertem. Como vimos acima, até então os banqueiros competiam entre si para oferecer crédito, tendo rebaixado os padrões segundo os quais um país era merecedor de crédito ou não, para poderem emprestar para um número maior de países. Neste momento, eram os países do Terceiro Mundo que competiam pelo crédito junto às instituições monetárias internacionais, “para se manterem à tona num mercado mundial cada vez mais integrado, competitivo e encolhido”. (idem, p. 335).

Portanto, as dificuldades para o Brasil obter crédito internacional apresentadas por Abreu et alli (1992), foram dificuldades impostas pelos governos e banqueiros do Primeiro Mundo, não só ao Brasil, mas a toda a semi-periferia e periferia. E, esta primazia dos banqueiros internacionais já era consequência do fim da expansão material do pós-guerra, período em que o capital financeiro foi mantido à margem da reprodução e controle do dinheiro mundial, pois estas funções tinham sido desempenhadas pelo estado norte-americano (Arrighi, 1996).

O fim dos fluxos financeiros para a semiperiferia e para a periferia da economia-mundo e mais o crescimento lento da economia mundial geraram problemas no balanço de pagamentos de modo que a preocupação da década de 1980 passou a ser o equilíbrio do balanço de pagamentos, e isso se deu através de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que, por sua vez, faz um uma série de “recomendações”, das quais a redução do gasto público era uma delas.

Deste modo, com as restrições de capital externo, a redução dos preços das exportações, e com o acordo com o FMI, fizeram o Brasil reduzir o investimento na indústria, sobre tudo nos setores que eram comandados por empresas estatais. Estas, como vimos no capítulo anterior, sofreram cortes significativos nos investimentos, que em 1982 correspondia a 20% do PIB, e em 1983 a 14% do PIB.

Assim, a “onda” industrializante centrada na hegemonia norte-americana, desde o fim da Segunda Guerra, chega ao seu fim no início da década de 1980. “(...) a corrida pela industrialização encerrou-se, no começo da década de 1980, com um aumento acentuado na defasagem da renda (...)”. (Arrighi, idem, p. 347).

Utilizando-nos da afirmação de Arrighi, podemos perceber que a década “perdida” de 1980 para o Brasil, não foi nada menos do que um reflexo do fim da industrialização mundial centrada na hegemonia norte-americana, que não é o mesmo que dizer que a década perdida deveu-se às restrições externas, políticas governamentais falhas, etc.

Nesse sentido, a partir da segunda metade dos anos 80, a política econômica brasileira, concentrou-se no combate à inflação, que vinha desde o final da década de 1970 aumentando, mesmo com o controle da demanda e com uma política monetária tradicional, restrição ao crescimento do crédito. Assim, a inflação “parecia ter propriedades específicas e uma dinâmica própria, resistindo às pressões deflacionárias da recessão e do emprego”. (Modiano et alli 1992, p. 347).

Na tentativa de resolver a escalada da inflação dos anos 80, abandona-se os planos de industrialização que marcaram das décadas de 1950 a 1970, a adota-se, a partir de 1986, planos econômicos com vistas a estabilização monetária da economia, o Plano Cruzado (28/02/86), o Plano Cruzado II (22/11/86), o Plano Bresser (12/07/87), e o Plano Verão (14/01/89). (Modiano 1992).

Segundo estes autores, “a taxa anual de inflação quadruplicou entre o início de 1985 e o final de 1988” (Modiano et alli, 1992, p. 382), o que caracteriza que os planos econômicos apenas conseguiram represar a inflação temporariamente, pois “não foram solucionados quaisquer dos conflitos redistributivos de renda ou atacados os desequilíbrios estruturais da economia, nem se logrou reduzir as transferências de recursos reais para o exterior”. (Modiano, 1992, p. 382).

Mais uma vez aqui, vê-se os sinais da economia-mundo capitalista, pois como afirmamos acima, a onda de industrialização do CSA norte-americano havia acabado, e os “comandantes” do sistema não mais competiam pelos baixos lucros da produção mercantil, mais sim, estavam colhendo os “fáceis” lucros das dívidas externas dos países da semiperiferia, originadas nas décadas da expansão material.

Ao se iniciar a década de 1990, o governo Fernando Collor de Mello, institui em 15 de março de 1990, mais um plano de estabilização econômica (Plano Collor), nos mesmos moldes dos anteriores, qual seja, controlar a inflação.

No bojo da “nova” política econômica, vinha o anúncio de uma política industrial, a qual foi caracterizada pela “abertura comercial, programas de qualidade industrial e de capacitação tecnológica e facilidades para o ingresso de capitais externos” (Teixeira, p. 131).

O autor ainda destaca “que a obsolescência tecnológica em vários setores produtivos, incluindo o setor estatal, se deve mais à ausência de investimentos líquidos significativos desde o início dos anos 80 do que à suposta ineficiência de nossos empresários e burocratas”. (Teixeira, p. 134).

Em 01/02/91 entra em vigor a segunda versão do Plano Collor, o Plano Collor II. Porém, nada muda em relação aos objetivos, ou seja, o controle da inflação.

Em 1994, entra em cena mais um plano na tentativa de estabilizar a economia brasileira, o Plano Real.

Este Plano, segundo Mercadante (1998), iniciou o combate a inflação com o ajuste fiscal e cortes nos gastos governamentais. Foi também adotada uma “política monetária de juros extremamente elevados, o que contribuiu para acúmulo de reservas cambiais e estas, foram valorizadas pelo fluxo de recursos externos atraídos pela arbitragem dos juros”.(idem, p. 143).

O autor destaca também, que os investimentos estrangeiros diretos que o Brasil recebeu na década de 1990, serviram não só para a compra das empresas estatais, mas também para o setor privado, que apresentou um grande número de fusões e aquisições durante a década. (idem, p. 152).

Mesmo assim, as décadas de 1980, sobretudo a de 1990, podem ser entendidas como décadas de desindustrialização, pois como mostra Mercadante (1998, p. 150), “o coeficiente das importações para a indústria de transformação, passou de 4,3% em 1989 para 15,6% em 1997, segundo estudos setoriais realizados pelo BNDES”.

Este reverso no processo de substituição das importações não pode ser considerado uma decisão autônoma das autoridades governamentais e sim um resultado da fase liberalizante em que entrou a economia mundial a partir de 1970. É preciso dizer que as políticas liberalizantes e desregulatórias caracterizam a hegemonia do capital financeiro.

Dito isto, podemos nos questionar sobre o papel do Brasil na economia-mundo capitalista.

Na definição de Arrighi (1997)<sup>14</sup>, sobre a semiperiferia, juntamente com a definição de Wallerstein (1985)<sup>15</sup> sobre as cadeias mercantis, vê-se que o Brasil, assim como os demais países semiperiféricos, só passam a produzir determinadas mercadorias ou a alojar determinadas atividades produtivas, quando estas são rebaixadas na hierarquia da cadeia de mercadorias, ou seja, a partir do momento que as mercadorias ou atividades passam a não gerar mais o super-lucro. Isso ocorre quando aumenta o número de produtores nos países no núcleo orgânico, aumentando a competitividade, reduzindo assim o lucro.

Com esta explicação, podemos dizer então, que os períodos de grande avanço no processo de industrialização brasileira, ocorreram quando as mercadorias ou atividades foram rebaixadas na hierarquia da cadeia de mercadorias.

---

<sup>14</sup> ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. 3 ed. Petrópolis : Vozes, 1997. p. 137-203.

<sup>15</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. **O capitalismo histórico**. São Paulo : Brasiliense, 1985. p. 24-32



Isso pode ser verificado na década de 1930, quando inicia no Brasil a produção de bens de capital, ou nas décadas de 1950 a 1970, quando o Brasil começa a produzir eletrodomésticos, automóveis, inicia-se a exploração de petróleo, ou mesmo na atualidade, no que se refere a indústria eletroeletrônica.

Assim, enquanto não for superada essa fase de expansão financeira do CSA norte-americano, por uma nova fase de expansão material de em novo CSA, que ainda não tem uma potência hegemônica definida, a indústria brasileira, assim como as indústrias dos demais países semiperiféricos e periféricos, ficará estagnada, aguardando que novas mercadorias e atividades sejam rebaixadas da hierarquia da cadeia de mercadorias, para dar início a uma nova fase de expansão da indústria nacional.

## 6 Considerações Finais.

A partir do exposto nos capítulos acima, é possível perceber, que diferente da visão dominante na historiografia brasileira, as forças da economia-mundo tem determinado, ao longo do século XX, e dos anteriores, os rumos das atividades econômicas localizadas no território brasileiro.

Pôde-se perceber ao longo da exposição, que o regime de acumulação vigente em cada Ciclo Sistêmico de Acumulação (CSA), determinou os rumos das economias nacionais. Esta relação ficou bem clara na fase de Expansão Material do Ciclo Sistêmico de Acumulação norte-americano (1930-1970), na qual, a industrialização brasileira se consolida e se expande, chegando ao ápice no início da década de 1970, período em que a indústria registra os maiores índices de crescimento da história. Assim, no Ciclo Sistêmico de Acumulação norte-americano, foi o período em que a indústria brasileira ganhou impulsos e os perdeu, de acordo com os movimentos dos processos de industrialização mundial.

Dito isto, pode-se dizer que os agentes econômicos que determinaram os rumos da industrialização brasileira e mundial no CSA norte-americano, foram as transnacionais norte-americanas e não norte-americanas, que aliadas e apoiadas pelos governos de seus países, se instalaram no Brasil e em todo o mundo capitalista e consolidaram a Divisão Internacional do Trabalho, tal qual como a conhecemos hoje, com os países do núcleo orgânico absorvendo o excedente gerado na semiperiferia e principalmente na periferia do sistema. Deste modo, destaca-se a presença das transnacionais na indústria automobilística brasileira, como por exemplo, a Volkswagen, General Motors, Ford, Fiat.

Assim, o modelo sugerido por Giovanni Arrighi em “O Longo Século XX”, dos ciclos sistêmicos de acumulação, permitiu-nos atribuir sentido ao nosso estudo da industrialização brasileira determinada por agentes de “fora” da economia nacional.

Neste sentido, o modelo pode, também, dar sentido a uma série de eventos que vêm marcando a história ao longo dos séculos, como as casas que levaram o Brasil a entrar na Segunda Guerra Mundial, a abolição da escravidão, a independência do Brasil; como também a fatos da nossa época, como, por exemplo, a invasão dos Estados Unidos no Iraque, a continuidade das políticas econômicas do atual governo, a formação de blocos econômicos

(ALCA, MERCOSUL, NAFTA, etc.), um possível terceiro choque do petróleo, até mesmo, poderia dar uma explicação sobre os motivos que levam o atual governo, dito de esquerda, a dar continuidade às políticas de governos anteriores. Enfim, abrem-se tantas possibilidades de estudos quantos forem os pesquisadores interessados.

## 7 Referências Bibliográficas:

ABREU, Marcelo Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária. In: **A ordem do progresso**. Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. 4.ed. Rio de Janeiro : Campus, 1992. cap. 3.

AMIN, Samir. **The accumulation of capital on a world scale**. Nova York: Monthly Review Press, 1974.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo : Editora UNESP, 1996. 393 p.

BAUMANN, Renato. **Brasil, uma década em transição**. Rio de Janeiro : CEPAL/Campus, 1999.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Coord). **Investimento e reformas no Brasil: indústria e infraestrutura nos anos 1990**. Brasília : IPEA/CEPAL Escritório no Brasil, 2002. 316 p.

BRAUDEL. Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo : Editora Perspectiva, 1992.

CALLEO, David P. **The atlantic fantasy**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1970.

CARNEIRO, Dionísio Dias. Crise e esperança: 1974-1980. In: **A ordem do progresso**. Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. 4.ed. Rio de Janeiro : Campus, 1992. cap. 11.

CARNEIRO, Dionísio Dias; MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In: **A ordem do progresso**. Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. 4.ed. Rio de Janeiro : Campus, 1992. cap. 12.

DE CECCO, Marcello. **Inflation and structural change in the euro-dollar market.** In: EUI working papers, 23, Florença : European University Institute, 1982.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 27 ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional : Publifolha, 2000. 276 p.

GALBRAITH, John. **O novo Estado industrial.** São Paulo : Abril Cultural, 1985. Coleção Os Economistas.

GILPIN, Robert. **The political economy of international relations.** Princeton, NJ. Princeton University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. **U.S. power and the multinational corporation.** Nova York: Basic Books, 1975.

HOBBSBAWM, Eric. **Nations and nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality.** Cambridge University Press, 1991. [Ed. brasileira: Nações e nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro : Paz e Terra.]

KUCINSKI, Bernardo. **O que são multinacionais.** 2.ed. São Paulo : Brasiliense, 1981. 110 p.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. In: **A ordem do progresso.** Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. 4.ed. Rio de Janeiro : Campus, 1992. cap. 10.

MARX, Karl. **Capital**, v III. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1962. [Ed. brasileira: O Capital, São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Economistas.]

MERCADANTE, Aloízio, **O Brasil pós-real.** a política econômica em debate. São Paulo : Unicamp, 1998.

MILWARD, Alan S. **The economic effects os the two world wars on britain.** Londres: Macmillan, 1970.

MODIANO, Eduardo. A ópera dos três cruzados: 1985-1989. In: **A ordem do progresso.** Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. 4.ed. Rio de Janeiro : Campus, 1992. cap. 13.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Evolução sócio-econômica do Brasil:** do descobrimento à nova república. 2. ed. São Paulo : Editora Ortiz, 1990. 209 p.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil:** 1930-1983. 14. ed. atual. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. 298 p.

POLANYI, Karl. **The great transformation:** the political na economic origins of our time. Boston, MA: Beacon Press, 1957. [Ed. brasileira : A Grande transformação. Rio de Janeiro : Campus, 1980.]

SKLAR, Martin J. **The corporate reconstruction 1890-1916:** the market, the law, and politics. Cambridge : Cambridge University Press. 1988.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira.** origem e desenvolvimento. nova ed. São Paulo : Hucitec, Ed. da UNICAMP, 2000. 421 p.

\_\_\_\_\_.A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial. **Revista Economia e Sociedade.** Campinas, UNICAMP, n. 1, pg. 89-109, ago. 1992.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:** ensaios sobre a economia brasileira. 11. ed. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1983. 263p.

TAVARES, Maria C.; BELLUZZO, Luiz G.M. Notas sobre o processo de industrialização do Brasil. In. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. São Paulo : Brasiliense, 1892. p. 140-160.

TEXEIRA, Aluísio. A política econômica no início dos anos 90. In. **O ajuste impossível: um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil**. Rio de Janeiro : Editora da UFRJ, 1994. p. 121-140.

TEBRAT, T. J. **Brazil's state-owned enterprises: a case study of the state as entrepreneur**. Cambridge University Press, 1983.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século xvi**. Tradução de Carlos Leiro, Fátima Martins e Joel de Lisboa. Nova Iorque: Academic Press, 1974.